

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL - PRODER

ANA MARILIA BARBOSA SAMPAIO

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DA AGRICULTURA
FAMILIAR EM COMUNIDADE NO CARIRI CEARENSE: UM ESTUDO DE CASO
DO PROJETO VIVER DA TERRA.

JUAZEIRO DO NORTE

2018

ANA MARILIA BARBOSA SAMPAIO

**DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DA AGRICULTURA
FAMILIAR EM COMUNIDADE NO CARIRI CEARENSE: UM ESTUDO DE CASO
DO PROJETO VIVER DA TERRA.**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Silvério de Paiva Freitas
Júnior

JUAZEIRO DO NORTE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

- S192d Sampaio, Ana Marília Barbosa.
Desenvolvimento rural sustentável através da agricultura familiar em comunidade no Cariri cearense: um estudo de caso do Projeto Viver da Terra/ Ana Marília Barbosa Sampaio. – 2018.
72 f.: il.; color.; enc. ; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Crato, 2018.
Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.
- Orientação: Prof. Dr. Silvério de Paiva Freitas Júnior.
1. Semiárido Nordeste. 2. Produção rural. 3. Desenvolvimento Sustentável. I. Título.

CDD 338.1098131

Bibliotecário: João Bosco Dumont do Nascimento – CRB 3/1355

ANA MARILIA BARBOSA SAMPAIO

**DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DA AGRICULTURA
FAMILIAR EM COMUNIDADE NO CARIRI CEARENSE: UM ESTUDO DE CASO
DO PROJETO VIVER DA TERRA.**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

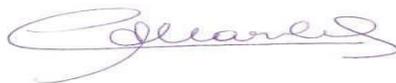
Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável. Linha de Pesquisa: Sociedade, Estado e Desenvolvimento Regional Sustentável.

Data de Aprovação: 22/02/2018

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Silvério de Paiva Freitas Júnior
(Orientador/UFCA)



Profa. Dra. Cláudia Araújo Marco
(Membro interno/UFCA)



Prof. Dr. Francisco Gauberto Barros dos Santos
(Membro externo/IFCE)

À minha mãe Diana Figueiredo Barbosa, por dedicar sua vida com força, resiliência, sabedoria e bondade, a minha construção humana e intelectual.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente a Deus pela proteção, orientação e iluminação em todos os momentos da minha vida.

À minha mãe, Diana Figueiredo Barbosa, pelo seu apoio incondicional e sua motivação vibrante sempre e, principalmente, nas horas de maiores dificuldades durante essa produção acadêmica.

Ao meu amor, companheiro de jornada, Víctor Marcel, por todo seu cuidado, paciência, incentivo, cumplicidade e admiração sempre evidente pela minha pesquisa, acreditando na minha capacidade e vontade de modificar as vidas das pessoas daquela comunidade. Amo-te infinitamente.

Ao meu orientador, Professor Silvério de Paiva Freitas Júnior, pela sua disponibilidade, atenção e dedicação construtiva na elaboração dessa pesquisa. Sempre me repassando a tranquilidade e segurança de trabalhar com a certeza que chegaremos ao destino final com o sentimento de dever cumprido, muito obrigada por tudo.

Agradeço ao aceite e a todas as sugestões da Banca Examinadora, composta pelos professores Francisco Gauberto Barros dos Santos e Cláudia Maria Araújo Marco, muito obrigada por suas considerações valiosas.

Um agradecimento especial a todos os agricultores que compõe o Sítio Salobra, que sempre me atenderam com muita atenção, carinho e disponibilidade. Cedendo o seu tempo para me fornecer informações que foram fundamentais para a concretização desse trabalho.

Ao time Enactus Leão Sampaio, na pessoa do aluno Gustavo Barbosa, por acreditar que “um mais um é sempre mais que dois”, por se dedicar ao projeto Viver da Terra e por todo apoio incondicional cedido a mim.

Ao professor Jaime Romero de Souza, reitor do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, por sempre ter acreditado em mim e facilitado o meu acesso às aulas, orientações e encontros do mestrado possibilitando a realização do mesmo.

À minha amiga Suzana Alencar, por ter me motivado e incentivado a participar do processo seletivo do mestrado, me ajudando na elaboração do projeto de pesquisa, compartilhando saberes e afetos.

Ao grande amigo Pablo Feitosa, por sempre ter me apoiado, ajudado, orientado, estimulado a seguir esse caminho tão gratificante da pesquisa acadêmica. Muito obrigada por tudo!

Aos meus colegas de trabalho e de mestrado, Leandro e Isabel, essa caminhada foi bem mais leve e prazerosa por ter vocês ao meu lado.

À Universidade Federal do Cariri – UFCA, na pessoa do professor Ricardo Ness, por enriquecer a nossa região com iniciativas tão importantes como o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional – PRODER.

A todos que me ajudaram na realização desse projeto, direta ou indiretamente, meu muito obrigada.

RESUMO

O conceito de agricultura familiar é aplicado para descrever as unidades de produção rural que se reconhecem pela relação entre família, trabalho e terra. No semiárido nordestino, esta é indicada como uma tendência para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentável. O cenário das novas formas de inclusão do pequeno agricultor no mercado traz como discussão a agricultura familiar inserida na perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, destacando que o desempenho das pequenas propriedades agrícolas terá maior estabilidade e probabilidade de crescimento. Diante desse contexto, surge o projeto Viver da Terra visando desenvolver a comunidade do Sítio Salobra localizado no município de Missão Velha no estado do Ceará, formado por famílias de agricultores, através de uma produção agrícola familiar sustentável, alavancando sua renda, com utilização de ferramentas administrativas com foco na gestão ambiental, social e econômica. O objetivo geral do trabalho foi analisar a percepção da comunidade do Sítio Salobra sobre desenvolvimento rural sustentável a partir da execução do projeto Viver da Terra. Para a sua estruturação foi efetuada uma revisão teórico-conceitual sobre a temática e feito um levantamento e análise qualitativa das informações obtidas através da aplicação de questionários semiestruturados e de observação não participante. Com a avaliação dos questionários aplicados, foi feita uma mensuração dos resultados que impactaram a comunidade através do projeto, dessa forma a pesquisa constatou que a comunidade do Sítio Salobra teve uma gestão participativa na execução do projeto obtendo avanços sociais, econômicos e ambientais.

Palavras-chave: Semiárido Nordeste. Produção Rural. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The concept of family agriculture is applied to describe the rural production units in which the relationship between family, work and land is recognizable. In the semi-arid Northeast, this is indicated as a tendency for the construction of the basic ecological or sustainable agriculture. The scenario of the new forms of inclusion of the small farmer in the market brings as discussion family agriculture in sustainable rural development perspective, noting that the performance of small farms will have greater stability and likelihood of growth. In this context, the living Earth project aiming to develop the community of Salobra Place located in Missão Velha in the State of Ceara, formed by families of farmers, through a sustainable family farming, leveraging your income, using administrative tools with a focus on environmental, social and economic management. The general objective of this work was to analyze the community perception of the Salobra Site on sustainable rural development from project implementation to live off the land. For its structuring was made a theoretical-conceptual review about the subject and will be done a survey and qualitative analysis of the information obtained through the application of semi-structured questionnaires and non-participant observation. With the evaluation of the questionnaires applied was made a measurement of results that impacted the community through the project. The research found that the site had a Salobra community participatory management in the execution of the project by obtaining social advances, Economic and environmental.

Keywords: Semi-arid Northeast. Rural Production. Sustainable Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1: Dimensões da Sustentabilidade por Ignacy Sachs
- Figura 2 – Recorte do espaço geográfico do Sítio Salobra em Missão Velha – CE.
- Figura 3 - Plantio da Agricultura Familiar na Comunidade do Sítio Salobra
- Figura 4 - Construção de hortas orgânicas com reutilização de garrafas pets.
- Figura 5 - Horta orgânica no ponto da colheita.
- Figura 6 - Ação de reflorestamento na comunidade (1)
- Figura 7 - Ação de reflorestamento na comunidade (2)
- Figura 8 - Ação de reflorestamento na comunidade (3)
- Figura 9 - Oficinas de bolo caseiro na cozinha comunitária
- Figura 10 - Senhor Niraldo em palestra na comunidade
- Figura 11 – Comunidade participando de palestras
- Figura 12 – Embalagens de agrotóxicos coletadas e entregues a INPEV
- Figura 13 - Plantação através do método de hidroponia.
- Figura 14 – I Workshop de Empreendedorismo Sustentável, alunos ingleses explicando o projeto Hydrovillage.
- Figura 15 – Coleta e descarte de embalagens de agrotóxicos. Ações Dia D.
- Figura 16 - Familiares residentes no Sítio Salobra com o troféu do prêmio Nufarm
- Figura 17 – Time Enactus Leão Sampaio em visita à comunidade
- Gráfico 01 – Número de membros da família
- Gráfico 02 – Nível de escolaridade
- Gráfico 03 – Residência Urbana
- Gráfico 04 – Aposentadoria e Benefícios Sociais
- Gráfico 05 – Crédito Bancário
- Gráfico 06 – Faixa renda familiar
- Mapa 1 – Município de Missão Velha, localizado no sul do estado do Ceará.
- Mapa 2 – Sítio Salobra / Sítio Pintado
- Quadro 1 – Funções da Agricultura (FAO)
- Quadro 02: Atividades agrícolas e noções de desenvolvimento rural sustentável e sustentabilidade
- Quadro 03: Avaliação Projeto Viver da Terra

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACASS	Associação Comunitária dos Assentados do Sítio Salobra
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CNDRSS	Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
Condraf	Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPH	Índice de Pobreza Humana
INPEV	Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias
ILPF	Integração de Lavoura, Pecuária e Floresta
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PNDRSS	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO RURAL, SUSTENTABILIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR	16
CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO	24
2.1 Área de estudo	24
2.2 Natureza da pesquisa	26
2.3 Sujeitos da pesquisa	26
2.4 Coleta e análise dos dados	27
2.4.1 Dissertar sobre os conceitos de desenvolvimento rural sustentável, sustentabilidade e agricultura familiar.	27
2.4.2 Descrever o projeto Viver da Terra fundamentado pelas dimensões sociais, econômicas e ambientais da sustentabilidade.	27
2.4.3 Analisar o projeto Viver da Terra e as mudanças implantadas na comunidade após a sua execução, através da ótica do desenvolvimento rural sustentável.	28
CAPÍTULO 3 – PROJETO VIVER DA TERRA E SEUS RESULTADOS	30
CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICES	65

INTRODUÇÃO

Considera-se que para encarar os desafios do desenvolvimento rural sustentável tem-se que centralizar empenho na participação dos produtores e na descentralização metódica dos órgãos decisórios do poder. As políticas públicas específicas devem se adequar em função das características regionais e locais, do fomento às atividades geradoras de renda, das ações de conscientização ao uso dos recursos naturais e de conhecimentos que maximizem a inclusão e igualdade social. Uma gestão participativa de comunidades tem como princípio ações indicadoras para a valorização do ofício dos diversos atores sociais locais, representativos na elaboração, realização e acompanhamento das ações de desenvolvimento.

Ainda nesse contexto, uma proposta para desenvolvimento rural sustentável que envolve o agricultor familiar, deve considerar uma interação onde o regional não se torne um ponto isolado, desmembrado do crescimento e desenvolvimento nacional, sendo assim beneficiado com as políticas de incentivos.

As disposições socioeconômicas que caracterizavam o semiárido brasileiro até início do século XXI foram intensamente destacadas pela formação histórica da Região Nordeste. Por um longo período, as atividades econômicas desenvolvidas na região estiveram firmadas em relações de produção tardias em comparação àquelas vigentes nas áreas mais proativas do país, onde ocorria a elevada concentração da riqueza e da renda gerada e pela acumulação de grandes grupos populacionais em atividades de baixíssima produtividade, insuficiente até mesmo para assegurar os meios de sobrevivência básicos para as famílias, principalmente nas zonas rurais.

Inserido nesse contexto de semiárido, encontra-se o Sítio Salobra localizado na zona rural do município de Missão Velha interior do estado do Ceará. Em consulta ao site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no ano de 2016, a população estimada desse município é de aproximadamente 34.500 mil habitantes, onde a principal atividade econômica é a produção agrícola. Podendo ser destacado como um município de extrema carência, o seu Índice de Pobreza Humana - IPH¹ é superior a 50% e o seu Índice de

¹ IPH – O Índice de Pobreza Humana foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) com o objetivo de sintetizar as dimensões para o cálculo da pobreza humana. O IPH é calculado somente para países em desenvolvimento. Esse indicador mede a privação de três aspectos: curta duração de vida (calculada como possibilidade de viver menos de 40 anos) falta de educação elementar (calculada pela taxa de analfabetismo de adultos) e falta de acesso a recursos públicos e privados (calculada pela porcentagem de crianças menores de 5 anos com peso inferior ao recomendado e pela falta de acesso a uma fonte adequada de água). Quanto melhor a posição no ranking, menor a pobreza humana apresentada pelo país ou território. (VASCONCELOS, 2007).

Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM² é de 0,62. As atividades desenvolvidas dentro do Sítio Salobra são organizadas em forma de associativismo, onde tem-se registrado a Associação Comunitária dos Assentados do Sítio Salobra (ACASS).

Dentro dessa contextualização, surge o projeto intitulado Viver da Terra, elaborado e desenvolvido pelo time Enactus Leão Sampaio. A Enactus é uma organização mundial sem fins lucrativos que desenvolve projetos empreendedores através de parcerias firmadas com alunos e professores de instituições de ensino superior e líderes executivos. Esses projetos têm como objetivo principal transformar vidas através do desenvolvimento sustentável local de comunidades. Em nosso país, pode-se contabilizar 91 times, mais de 2.000 estudantes envolvidos nos 135 projetos desenvolvidos pela Enactus. (ENACTUS, 2017).

O projeto Viver da Terra visa desenvolver a comunidade do Sítio Salobra formada por famílias de agricultores e que possui uma extensão territorial de 120 hectares localizada no município de Missão Velha no estado do Ceará, através de uma produção agrícola familiar sustentável, alavancando sua renda, com utilização de ferramentas administrativas com foco na gestão ambiental, social e econômica. Contribuindo de forma integrativa com as famílias a fim de fortalecer seus vínculos, assim como promover o empreendedorismo impactando socioeconomicamente a comunidade. Possui como proposta a tecnologia da Integração de Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF), onde a comunidade estará produzindo de forma sustentável aumentando a produção agrícola e diminuindo a poluição e efeito estufa. O projeto ainda capacita os beneficiados para obterem eficiência e eficácia no processo de venda, impulsionando o espírito empreendedor, promovendo a integração das famílias e fortalecendo os vínculos sociais.

Desta forma, esta pesquisa justifica-se devido à necessidade de contribuir para o crescimento e desenvolvimento da comunidade, por meio da coleta de dados qualitativos específicos de sua produtividade, como também de estratégias e alternativas que sejam capazes de potencializar a produção sustentável na agricultura familiar e a gestão socioeconômica da comunidade supracitada.

Reafirmando os ideais do projeto, Chacon (2007, p. 110) enfatiza que para se estabelecer um processo de desenvolvimento sustentável além de hábitos que respeitem o meio ambiente é fundamental também que o espaço esteja ordenado na igualdade social, no

² IDHM – O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal brasileiro analisa as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. (IPEA, 2010)

crescimento econômico, na utilização coerente dos recursos naturais e na qualidade de vida das pessoas que vivem e convivem dependendo daquele meio.

Nessa visão, destaca-se a importância da agricultura familiar como atividade para o desenvolvimento sustentável da comunidade, principalmente ao se analisar e trabalhar os contrastes regionais do semiárido caririense e seus efeitos econômicos e sociais. Assim sendo, as potencialidades locais devem ser despertadas para a promoção e surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de atender as suas necessidades, desenvolvendo socioeconomicamente sua região utilizando técnicas de manejo da terra ambientalmente corretas.

Diante desse cenário surge a pergunta de partida para a pesquisa: Quais as mudanças fundamentadas pelo conceito de desenvolvimento rural sustentável percebida na comunidade do Sítio Salobra a partir da execução do Projeto Viver da Terra?

O desenvolvimento rural sustentável representa uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento do campo, pois esse compreende um local de ações dinâmicas, prósperas, estabelecidas por metodologias de descentralização e participação comunitária, onde essas características compõem o alicerce para um desenvolvimento efetivo.

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar a percepção da comunidade do Sítio Salobra sobre desenvolvimento rural sustentável a partir da execução do projeto Viver da Terra. E os objetivos específicos que auxiliaram o alcance dessa meta visavam dissertar sobre os conceitos de desenvolvimento rural sustentável, sustentabilidade e agricultura familiar; descrever o projeto Viver da Terra fundamentada pelas dimensões sociais, econômicas e ambientais da sustentabilidade e analisar o projeto Viver da Terra e as mudanças implantadas na comunidade após a sua execução, através da ótica de desenvolvimento rural sustentável.

CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO RURAL, SUSTENTABILIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR

*“Anda!
 Quero te dizer nenhum segredo
 Falo desse chão, da nossa casa
 Vem que tá na hora de arrumar
 Tempo!
 Quero viver mais duzentos anos
 Quero não ferir meu semelhante
 Nem por isso quero me ferir
 [...]
 Terra!
 És o mais bonito dos planetas
 Tão te maltratando por dinheiro
 Tu que és a nave nossa irmã.”
 (Sal da Terra – Beto Guedes)*

Algumas percepções e estudos surgem através de questões que permeiam a palavra desenvolvimento. Com o passar do tempo, o significado dessa palavra tem passado por algumas variações. Para uma melhor compreensão, tem-se aperfeiçoado as possíveis interpretações por meio da adição de outros adjetivos, ocasionando o enquadramento do termo desenvolvimento a um âmbito de estudo específico. Dessa forma, revelaram-se novas expressões, tais como desenvolvimento rural, social, humano e sustentável. (CONTERATO; FILLIPI, 2009).

O termo desenvolvimento é um conceito que, usualmente, está interligado ao crescimento econômico e a inovação tecnológica que surge do exterior para o interior. Nesse ínterim, os conceitos que norteiam as percepções de desenvolvimento são baseados em teorias da área econômica onde a exploração da natureza ocorre de forma ilimitada e os processos produtivos se refletem na exploração do planeta. (KAGEYAMA, 2008; SEN, 2000).

Corroborando com o autor, Veiga (2010) também afirma que, para haver desenvolvimento, acima do aumento das economias, é necessária a expansão das liberdades e a extinção das principais carências humanas, sendo estas, um compromisso social.

Nas últimas décadas, tinham-se como propostas para o desenvolvimento rural sustentável um panorama voltado para a estratégia agrícola, onde se planejava aberturas de novas fronteiras agrícolas, inclusão de novos produtos para o mercado, estímulo à agropecuária e à agroindústria, propostas para irrigação, etc. Este conceito de desenvolvimento rural sustentável surgia a partir do pressuposto - que predominou em

território nacional durante algumas décadas – de que a tecnologia, aliada ao capital, é que gera o desenvolvimento.

Já no âmbito contextual de desenvolvimento sustentável, a melhor definição para o termo está no relatório da Comissão Brundtland (NAÇÕES UNIDAS, 1998, p. 51), esclarecido como: “um processo que busca satisfazer as necessidades e aspirações do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras para atender a suas próprias necessidades”.

No Brasil, o desenvolvimento sustentável exigirá uma quebra de paradigmas por contrariar interesses já cristalizados. Implantar as mudanças necessárias dependerá, primordialmente, da capacidade de transformação de planos governamentais em fatos concretos que atinjam a qualidade de vida da população. Dentro desse contexto, o plano central do desenvolvimento rural sustentável depende da implantação de iniciativas capazes de gerar ao mesmo tempo, uma maior equidade, um nível elevado de conservação ambiental e uma maior eficiência econômica. (BUARQUE, 2002, p. 68). E avançando nesta análise, o autor afirma que: o desenvolvimento local e sustentável é uma meta a ser alcançada a médios e longos prazos, gerando uma reorientação do estilo de desenvolvimento, redefinindo a base estrutural de organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente natural. (BUARQUE, 2002, p 68). E, concatenando com Buarque, o autor Sachs (1993 p. 54) afirma que: “a longa luta somente será vencida no dia em que for possível esquecer o prefixo ECO ou o adjetivo Sustentável ao se falar em desenvolvimento”.

O princípio da participação e descentralização encontra como base norteadora para as suas ações, o reconhecimento do papel ativo dos sujeitos locais, representativos na elaboração, implantação e monitoramento das ações de desenvolvimento. Através desses princípios, o desenvolvimento rural sustentável conseguirá encontrar as soluções para sua implementação. As características locais e regionais devem ser norteadoras para a execução de políticas públicas, estas visando as atividades geradoras de empregos, assimilando os recursos disponíveis, desde os tecnológicos aos naturais e humanos.

Surge, portanto, uma necessidade de ação para pensar e agir localmente, articulando os diversos atores sociais, pois, como reitera MORENO (1997), uma necessidade ambiental só poderá ser conduzida socialmente se os agentes da sociedade o identificarem, o formularem, o interpretarem, ou seja, o manifestarem.

Em 2013, durante a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2º CNDRSS), realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), unificam-se as primeiras orientações a cerca do desenvolvimento rural sustentável através do Plano Nacional

de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS). Esse plano tem como objetivo principal a participação do rural no desenvolvimento nacional, sendo suas diretrizes fundamentais para a consolidação das políticas públicas que atingem o desenvolvimento do campo.

Apesar de muito difundida e utilizada, a noção de desenvolvimento rural continua a ser de definição complexa e multifacetada, passível de ser abordada por perspectivas teóricas das mais diversas. Mesmo assim, de modo amplo, neste trabalho, o desenvolvimento rural é definido como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. (SCHNEIDER, 2004, P.12)

Explorando debates entre autores e estudiosos, destaca-se a preocupação com algumas reflexões preponderantes que retomam o debate sobre desenvolvimento rural sustentável, são elas: o protagonismo dos sujeitos sociais e sua participação na execução das políticas públicas, o território como recorte geográfico de referência, a erradicação da pobreza rural e a inquietação com a sustentabilidade ambiental.

Tais aspectos tornam-se relevantes a partir da escolha dos sistemas agroecológicos produtivos não sendo considerado como decisão exclusiva do agricultor, devendo ser avaliado a conjuntura econômica, social e política em que o processo está inserido. Por conseguinte, a relação entre os produtores rurais, comerciantes e consumidores locais dilata a quantidade de pessoas participativas e comprometidas com proposta de desenvolvimento sustentável.

Segundo o relatório da Agenda 21, da população mundial no ano de 2025 mais de 80% viverá nos países em desenvolvimento. Não obstante, tornar-se-á necessário a implantação de novas tecnologias para aumentar a capacidade de produção de alimentos que sustentem essa grande massa. Neste contexto, a agricultura pode fazer frente a esta demanda com o aumento da produtividade das áreas já exploradas e evitando a exaustão das terras consideradas inadequadas para a exploração agrícola.

Dessa forma, Chacon (2007, p.124) enfatiza que para a concretude de um desenvolvimento rural, embasado nas dimensões da sustentabilidade, além das práticas que respeitem o meio ambiente é fundamental que o espaço esteja guiado pelo crescimento econômico, igualdade social, utilização racional dos recursos naturais e na qualidade de vida das pessoas que dependem daquele meio.

Caporal & Costabeber (2003) argumentam que o estímulo do desenvolvimento sustentável no meio rural deve alicerçar-se em seis dimensões:

- **Dimensão ecológica:** proporcionaria a manutenção e recuperação dos recursos naturais sendo situação primordial para o seguimento do processo de desenvolvimento.

- **Dimensão social:** garantia de equidade e justiça da divisão dos recursos naturais e produção, sob a ótica de manutenção de sustento das gerações presentes e futuras.

- **Dimensão econômica:** remeteria à necessidade de se alcançar uma produção mais eficiente e eficaz, pois, os resultados econômicos são de extrema importância para o fortalecimento das estratégias e desenvolvimento rural sustentável.

- **Dimensão cultural:** o desenvolvimento rural deve retratar a identidade cultural dos atores que habitam e trabalham em determinada região geográfica, contudo não oportunizando práticas maléficas ao meio ambiente e prejudicial às relações sociais e ações coletivas.

- **Dimensão política:** garante a atuação e construção coletiva de estratégias de desenvolvimento agrícola e rural, bem como a composição e fortalecimento de representações dos vários segmentos da população rural inserida no contexto local.

- **Dimensão ética:** sugere o convívio solidário entre as pessoas sendo responsáveis com o meio ambiente. Essa dimensão propicia o fortalecimento de valores que expressem a solidariedade entre as gerações.

Fortalecendo a compreensão do termo sustentabilidade e ratificando os conhecimentos de Caporal & Costabeber, Sachs (1994,2009) demonstra uma visão holística dos problemas da sociedade. Ele classifica as suas dimensões em cinco:

- **Social:** onde ele visualiza um desenvolvimento igualitário na distribuição de renda e de bens, de modo a diminuir a diferença entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

- **Econômica:** preconiza a alocação e gerenciamento dos recursos de forma equilibrada. A eficiência econômica deve ser analisada em termos intersectorial, causando modernização nos instrumentos de produção; maior segurança alimentar e independência nas pesquisas científico-tecnológicas.

- **Ecológica:** essa dimensão pode ser aperfeiçoada usando de forma criativa e ao mesmo tempo responsável os potenciais recursos dos ecossistemas do planeta Terra, limitando o uso dos recursos não renováveis e utilizando de forma adequada os renováveis; conscientização do modelo de consumo instituído; redução do volume de resíduos e poluição; intensificação de pesquisas para descobertas de tecnologias limpas e definição de normas para adequação ambiental.

- **Espacial:** construção de uma configuração urbana-rural mais equilibrada de modo que ocorra uma melhor distribuição territorial dos assentamentos e suas atividades econômicas.

- **Cultural:** promover processos que busquem o desenvolvimento local levando em consideração o conjunto de tradições e saberes existentes na região.

Figura 1: Dimensões da Sustentabilidade por Ignacy Sachs



Fonte: Adaptado de Sachs (1993)

De acordo com Franco (2000), a sustentabilidade dialoga com o padrão de organização de um sistema que permanece ao longo do tempo por motivos de ter assimilado certas características que lhe conferem capacidades auto criativas. Esta definição vincula-se absolutamente à relação do ser humano com a natureza.

Contudo, a humanidade está inserida em problemas que ultrapassam as fronteiras dos países, revelando assim uma crise ambiental mundial. Essa crise é complexa e envolvem dimensões econômicas, políticas, sociais e ambientais. Para sua melhor compreensão, tem-se que considerar dois aspectos: tempo e espaço. Espacial, pois os desafios ambientais surgem sempre numa determinada área, seja em extensão local, regional ou nacional. Milton Santos (1978, p.122) relata que “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. E temporal porque a duração dos seus efeitos pode ser irreversível afetando as gerações vindouras.

Dessa forma, o desenvolvimento para ser sustentável em todas as dimensões não pode se restringir à sua localidade, pois estará correndo o risco de ficar preso às políticas locais e interesses particulares, não se articulando com o bem comum e com o contexto globalizado que exige uma multifuncionalidade das ações.

Nesse contexto, as áreas rurais contemporâneas apresentam-se em novos cenários, onde, a agricultura figura como uma de suas funções de maior aporte para o desenvolvimento. Para Echeverri (2005), além da produção, a agricultura gera efeitos diversos sobre o meio ambiente e o conjunto social como todo.

O conceito de multifuncionalidade foi desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) que classificou as funções de agricultura e dos recursos naturais em três categorias, explicitadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Funções da Agricultura (FAO)

Categorias	Descrição
Ambiental	Relacionado à conservação dos recursos naturais e preservação ambiental, destacando as potenciais contribuições da agricultura. Apresenta o capital ecológico da atividade.
Social	Associa-se ao desenvolvimento do capital social e a consolidação da vida em comunidade, especialmente quanto à conservação dos valores culturais. Representa o capital social/humano da atividade.
Econômica	São as contribuições que o setor presta ao crescimento econômico global. Representa o capital monetário da atividade.

Fonte: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

Nesta perspectiva, surgiu o conceito de agricultura familiar em tempos remotos, contudo a sua discussão sobre a ótica acadêmica e através das políticas públicas de governo e movimentos sociais independentes adquire novas designações. Após os órgãos administrativos públicos instituírem uma doutrina federal que orienta este fragmento, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado pelo Decreto nº 1946 de 28 de junho de 1996 (BRASIL, 1996) e que surgiu com a finalidade de alavancar a renda e melhorar o uso da mão de obra familiar dos trabalhadores rurais, ou quando promulgou a Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006), a primeira que determinou as diretrizes para o setor, a expressão agricultura familiar demarcou o seu conceito operacional concentrado num grupo social com características bastante heterogêneo. Já na visão de Altafin (2009), em estudos

acadêmicos, constata-se algumas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar que passam um tratamento mais analítico e menos operacional.

Durante a década de 1980, um novo contexto surge com o reestabelecimento dos movimentos sociais no campo, sendo estes com representatividades locais, regionais e nacionais. O principal movimento sindical dos trabalhadores rurais, formado em volta da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), ganha maiores proporções e modifica a sua forma de intervenção. Com o contínuo crescimento dessas intervenções, surgiu a necessidade de divisão em novos grupos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e outros que formam os denominados povos da floresta. Por intermédio de orientações diversas, esses grupos impõem ao Estado necessidades por políticas públicas que os insiram no processo de desenvolvimento do país.

Durante o período de transição das décadas de 1980 para 1990, a agricultura familiar resistiu aos efeitos do modelo de exportação de produtos primários, da importação substitutiva de produtos nacionais e da desigualdade das regras internacionais. O grupo dos produtores agrícolas familiares não avançou junto a esta evolução e, como resultado, perdeu competitividade frente a seus concorrentes internacionais.

Manzanal e Schneider (2011) discorrem que na primeira metade da década de 1990, o conceito de agricultura familiar se instituiu no Brasil como uma categoria política, sendo rapidamente aprovado por pesquisadores e responsáveis pelos projetos políticos nacionais. Destacam-se três principais fatores que aceleraram esse reconhecimento: a criação do PRONAF, este sendo a primeira política federal direcionada exclusivamente para a produtividade familiar; a promulgação da Lei da Agricultura Familiar e o reestabelecimento da força política do movimento sindical e dos trabalhadores rurais durante a década de 1990.

O estudo realizado através de uma parceria de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) elucidou a definição de agricultura familiar:

“[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, 1996:4).

A agricultura familiar defronta-se com realidades nem sempre propícias como: a perspectiva da decadência econômica dessa atividade, portanto pouco significativa para políticas públicas de desenvolvimento; desvalorização dos produtos primários, não suscitando soluções mais estruturais para o setor; elevado crescimento urbano que desvaloriza o meio rural e forte encolhimento da renda agrícola nas últimas décadas; harmonização insuficiente em prol da agricultura familiar, não fundamentando os diversos recursos que poderiam ser redirecionados para esse setor; pouca acessibilidade dos produtores agrícolas familiares à instrução educacional e decorrente incapacidade para inserção de uma nova conjuntura de alta competitividade.

Através de ações práticas, estas instigações se evidenciam nas necessidades e nas soluções contraditórias, incertos de serem respaldadas apenas pelas normas da agricultura e por políticas públicas de compensação para o setor. Do ponto de vista das soluções internas, os desafios perpassam visando o aumento da produção agrícola e concomitantemente gerando novas oportunidades de emprego e renda para os agricultores familiares, ocasionando a reversão do êxodo rural e do processo de exclusão do setor, salvaguardando os interesses dos agricultores diante do mercado globalizado.

Vilela (2002) citando o relatório da FAO percebe ainda que a agricultura patronal, ou agronegócio, é executado com pouca mão-de-obra da região onde está inserida e apresenta uma grande concentração de renda e exclusão social, ao que difere da agricultura familiar que propaga uma característica essencialmente distributiva e inigualável em termos de proporcionar melhorias socioculturais.

Constata-se através da boa capacidade de geração de empregos e distribuição de renda nas comunidades locais, a relevância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento sustentável brasileiro. Tal forma de processo produtivo favorece o uso múltiplo do espaço rural com utilização de práticas agrícolas sustentáveis.

De acordo com Lamarche (1993), os agricultores familiares não formam grupo social homogêneo, eles estão incluídos na diversidade social estabelecida pelas diversas condições de produção que estão submetidos, tais como: extensão da propriedade rural, utilização das técnicas agrícolas, alcance a créditos; índices de capital cultural [valores, saberes, tradição] e social [número e sexo dos filhos, rede de relações sociais] e relação com o mercado.

Veiga et al. (2001) destacam que a agricultura familiar está inserida no meio rural brasileiro é de extrema importância, tendo em vista que o desenvolvimento do meio rural é mais dinâmico quanto maior for a diversidade da economia local instigada pelas ações das atividades agrícolas.

Dessa forma, com uma participação de apenas 24,3% da área plantada no país, a agricultura familiar possui importância destacada para a geração de empregos e o abastecimento interno do país. Aproximadamente 70% dos alimentos que estão na mesa dos brasileiros são plantados por esses produtores, que também detêm em torno de 77% da mão de obra do campo e que possuem o maior número de propriedades rurais, segundo dados compilados pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO

2.1 Área de estudo

O recorte geográfico desta pesquisa compreende o semiárido Cariense na comunidade do Sítio Salobra localizado no município Missão Velha-CE. (Figura 1, Mapa 1 e 2).

Mapa 1 – Município de Missão Velha, localizado no sul do estado do Ceará.



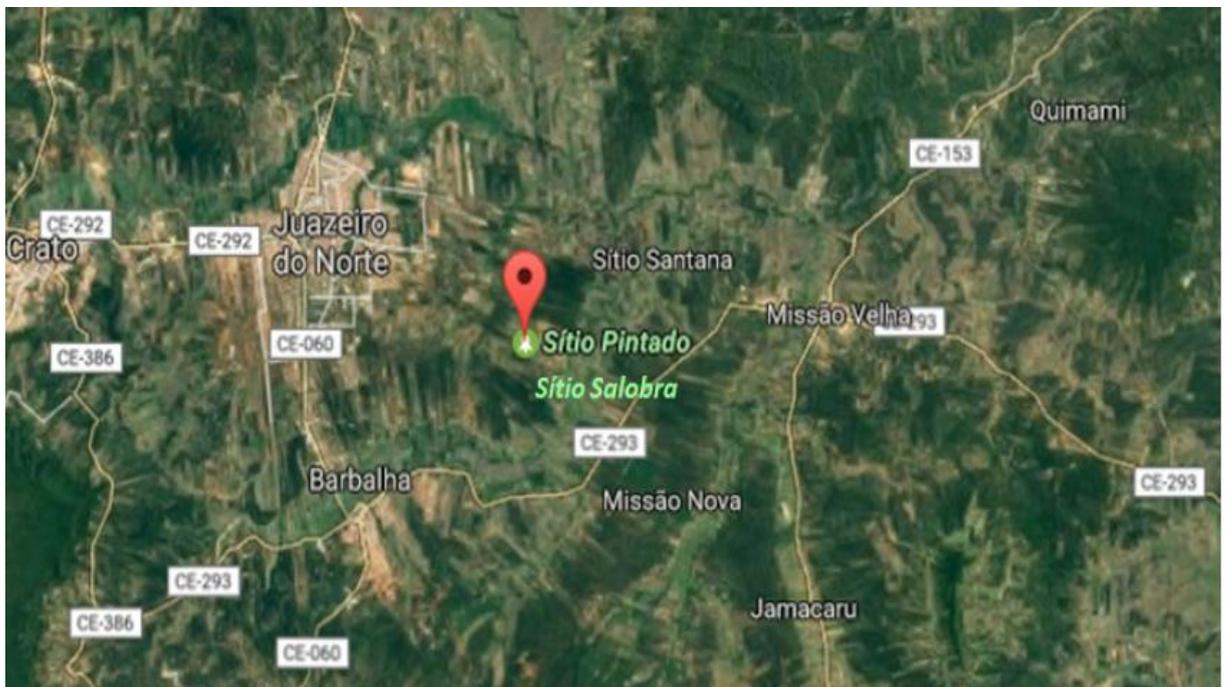
Figura 2 – Recorte do espaço geográfico do Sítio Salobra em Missão Velha – CE.



Fonte: Google Maps (2017)

Restringindo o recorte geográfico do sítio, ele localiza-se na divisa dos municípios de Juazeiro do Norte e Missão Velha, ao lado do Sítio Pintado, conforme segue mapa abaixo:

Mapa 2 – Sítio Salobra / Sítio Pintado



Fonte: Google Maps (2017)

A comunidade do Sítio Salobra é formada por 25 famílias que visando a organização de suas atividades registraram-se como Associação Comunitária dos Assentados do Sítio Salobra, destas 12 famílias estão executando as atividades do projeto Viver da Terra. As terras utilizadas para a produção agrícola foram adquiridas oriundas do Crédito Fundiário, tornando a propriedade de uso coletivo com forma de produção solidário. Nesse contexto, a associação existente foi constituída com o objetivo de pretender esse crédito. Existem atualmente 30 (trinta) hectares de área produtiva, divididos entre as famílias que produzem em seus espaços de forma autônoma.

2.2 Natureza da pesquisa

Quanto a sua classificação, o estudo teve como natureza a pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa pode ser entendida como uma metodologia que produz referências a partir de observações extraídas diretamente do estudo de pessoas, lugares ou processos com os quais o pesquisador procura estabelecer um trato direto para assimilar os fenômenos estudados. Nessa abordagem, o pesquisador entra em contato claro e demorado com o indivíduo ou grupos humanos, com o ambiente e a situação que está sendo pesquisada (MARCONI e LAKATOS, 2007, p. 272).

Quanto ao tipo, a pesquisa foi descritiva, ao qual, para Gil (2008), esse tipo descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o entrevistas e a observação sistemática.

Quanto ao método, é do tipo Estudo de Caso, onde para Gil (2006, p. 73) o estudo de caso pode ser utilizado em pesquisas exploratórias e pesquisas descritivas e explicativas, pois possui diversas vantagens, destacando-se o incentivo às novas descobertas, por ser versátil no que concernem as ideias iniciais do estudo, posto que, com maior aprofundamento podem suscitar outros aspectos que não foram previstos inicialmente.

Quanto às técnicas de coleta de dados, a pesquisa foi delineada por pesquisa-ação, pesquisa bibliográfica, documental e questionários semiestruturados.

2.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos estudados nessa pesquisa serão as famílias da comunidade do Sítio Salobra em Missão Velha – CE, composta por 12 agricultores, que estão inseridos no projeto Viver da

Terra utilizando as ferramentas da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Afirma-se como agricultor familiar, aquele detentor da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), como documento comprobatório da atividade, isto é, morem na mesma residência, explorem o mesmo estabelecimento, sob gestão estritamente da família, e, dependam da renda gerada pela Unidade Familiar de Produção Rural, seja no estabelecimento ou fora dele. (BRASIL, 2014)

A pesquisa irá concentrar-se em todos os atores envolvidos no estudo do projeto Viver da Terra, não estando limitada à amostragem, e sim, ao total dos sujeitos envolvidos e interessados em participar da pesquisa. Esta pesquisa irá considerar para análise as potencialidades e desafios destacados pelos agricultores dentro das dimensões ambientais, sociais e econômicas após a implantação do projeto. Bossel (1998), apud Filetto (2007), demonstra o desenvolvimento sustentável como uma apreciação de perspectiva futura, podendo definir se um sistema é exequível ou não pela análise dos seus indicadores. Já o autor Van Bellen (2007) afirma que a primordial função dos indicadores é a contribuição para a análise política e processo de tomada de decisão, dependendo da habilidade do investigador, limitações e propósitos da investigação.

2.4 Coleta e análise dos dados

2.4.1 Dissertar sobre os conceitos de desenvolvimento rural sustentável, sustentabilidade e agricultura familiar.

A pesquisa bibliográfica enquadra-se como a principal característica nessa fase inicial, onde serão reunidas informações que servirão como fundamentos para a estruturação da investigação que se propõe a ser feita. Será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, através de buscas em livros, artigos científicos e outras publicações associadas à pesquisa, como também acesso aos dados e informações obtidos através de documentos específicos do projeto Viver da Terra.

2.4.2 Descrever o projeto Viver da Terra fundamentado pelas dimensões sociais, econômicas e ambientais da sustentabilidade.

Após a execução do levantamento bibliográfico, foram elaborados documentos sobre as fases de aplicação do projeto desenvolvido pelo time Enactus Leão Sampaio, composto por alunos e professores. O time já desenvolveu 7 (sete) projetos, dentre eles o “Viver da Terra”

que tem como objetivo o empoderamento de uma comunidade rural através da agricultura familiar com o foco nas dimensões sociais, econômicas e ambientais da sustentabilidade.

Ainda nessa contextualização, foram utilizadas algumas normatizações, tais como: as visitas de campo foram agendadas com antecedência sendo feitas a partir de contatos com o representante da comunidade e onde se explanou como as atividades do projeto Viver da Terra seriam executadas, tendo como objetivo o empoderamento da comunidade através de ações que impactem positivamente a comunidade através das dimensões sociais, econômicas e ambientais, destacando o motivo pelo qual aquela comunidade fora escolhida para aplicação do projeto.

2.4.3 Analisar o projeto Viver da Terra e as mudanças implantadas na comunidade após a sua execução, através da ótica do desenvolvimento rural sustentável.

Para a análise do projeto Viver da Terra sob a ótica das mudanças sociais, econômicas e ambientais ocorridas na comunidade do Sitio Salobra, foi feito uma coleta de dados através de aplicação de questionário semiestruturado com cada agricultor familiar que compõe o projeto. O questionário foi padronizado e orientado por um formulário previamente estabelecido. O formulário conterá questionamentos abertos e fechados com a finalidade de obter informações que demonstrem os resultados alcançados após a implantação e execução do projeto. O propósito dos questionários foi o de identificar a realidade das famílias agricultoras bem como caracterizar a experiência de cada um com o projeto. A identificação dos atores pesquisados ocorreu por meio da numeração dos questionários. Esse procedimento garantiu a preservação da identidade dos mesmos, conforme determinado no Termo de Livre Consentimento.

Marconi e Lakatos (2003, p. 201) definem questionário como sendo “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 201-202) e Gil (1999, p. 128-129) pode-se indicar vantagens e limitações no uso de questionários:

Vantagens: alcança uma grande quantidade de pessoas simultaneamente; abrange um recorte geográfico extenso; não é necessária a qualificação dos aplicadores; assegura o sigilo dos entrevistados, com isso maior sinceridade e segurança nas respostas; não existe influência do pesquisador nos questionamento e proporciona homogeneidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento.

Limitações – perguntas com ausências de respostas; exclui pessoas analfabetas; não é possível a ajuda na interpretação da questão; embaraço na compreensão pode destorcer uma uniformidade; caso o entrevistado leia todas as questões antes de responder, uma questão pode influenciar a resposta de outra não ocorrendo honestidade e clareza nas respostas e possibilita resultados críticos, pois os itens podem ter observações diversas para cada sujeito.

Quanto à análise dos dados obtidos será utilizada a análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), onde um discurso síntese será construído com partes de discursos de sentido semelhante reunidos num só. O DSC é uma técnica de tabulação e arranjo de dados qualitativos que permite, através de procedimentos metódicos e normatizado, agregar depoimentos sem reduzi-los a quantidade (LEFÉVRE E LEFÉVRE, 2003).

Os questionários serão organizados através da tabulação das respostas dos sujeitos em planilha de Excel. Para os questionamentos com respostas objetivas será utilizada a estatística descritiva. Já as respostas discursivas serão agrupadas por semelhança de respostas fazendo a análise do discurso.

2.5 Aspectos Éticos da Pesquisa

Atendendo a legalização da ética em pesquisa, preestabelecida pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP junto aos Comitês de Ética em Pesquisa - CEP, este trabalho foi aprovado através do parecer nº 2.314.451, respeitando os preceitos éticos da resolução 510/2016, que segue as indicações da resolução 466/2012 quanto à beneficência, não maleficência aos seres humanos envolvidos no desenvolvimento da mesma. Assim sendo, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), vide Apêndice 1, destacando não apenas os objetivos, como também deixando claro que o participante não sofrerá nenhum dano e riscos que por ventura surjam serão minimizados com a presença do pesquisador esclarecendo as possíveis dúvidas, não sendo invasivo na investigação e o deixando livre para tirar o seu consentimento a qualquer momento.

CAPÍTULO 3 – PROJETO VIVER DA TERRA E SEUS RESULTADOS

*“Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Pra melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora
Para merecer quem vem depois.”
(Sal da Terra – Beto Guedes)*

O projeto Viver da Terra surgiu como uma atividade de extensão realizada pelos alunos da graduação dos diversos cursos ofertados pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (Unileão). Essa atividade faz parte de um composto de projetos de extensão desenvolvidos através do Time Enactus Leão Sampaio, com o enfoque de empoderamento de comunidades.

A ENACTUS é uma Organização Sem Fins Lucrativos que está presente em 36 (trinta e seis) países, motivando alunos do ensino superior a construir ações para um mundo melhor através do empreendedorismo social, formando uma rede de agrega estudantes, líderes executivos e acadêmicos. No Brasil, existem 91 (noventa e um times), mais de 2.000 (dois mil) estudantes envolvidos nos 135 (cento e trinta e cinco) projetos, contabilizando 10.500 (dez mil e quinhentas) pessoas impactadas diretamente. (ENACTUS, 2017).

O Time Enactus Leão Sampaio já possui em seu registro de atividades 7 (sete) projetos, o qual destaca-se nesse pesquisa o “Projeto Viver da Terra”, que trabalha com a agricultura familiar visando o empoderamento da comunidade com foco no tripé da sustentabilidade.

O projeto Viver da Terra faz chegar para a comunidade do Sítio Salobra a proposta da tecnologia do ILPF – Integração Lavoura, Pecuária e Floresta, onde a comunidade estará produzindo de forma sustentável, aumentando a produção agrícola e diminuindo a poluição e o efeito estufa sobre a Terra. A produção abrange o cultivo de frutas, hortaliças e grãos, tal cultivo é proporcionado por meio da irrigação, técnicas de micro aspersão utilizando poços artesianos, uma vez que a comunidade está localizada em meio à região Nordeste, em pleno Sertão Caririense, na cidade de Missão Velha, estado do Ceará, conforme está demonstrado nas figuras 3,4 e 5.

O projeto capacita os beneficiados para obter eficiência e eficácia no processo de venda, impulsionando o espírito empreendedor, promovendo a integração das famílias, fortalecendo os vínculos sociais e elevando, conseqüentemente, a renda dos beneficiados, impactando nos aspectos sociais, ambientais e econômicos da comunidade local.

Figura 3 - Plantio da Agricultura Familiar na Comunidade do Sítio Salobra



Fonte: Primária

Figura 4 - Construção de hortas orgânicas com reutilização de garrafas pets.



F
Fonte: Primária

Figura 5 - Horta orgânica no ponto da colheita.



Fonte: Primária

Pensando região através da definição de Albuquerque Jr. (1999), onde ele relata que o conceito de região se cria, gradualmente, através das práticas e discursos, que podem estar relacionadas entre si ou não, a região do Sítio Salobra é um assentamento formado recentemente por famílias que moravam em um sítio vizinho, vindos de descendentes de agricultores, cresceram em meio ao campo e adquiriram os conhecimentos e todas as práticas de seus pais e avós. Porém, como ainda enfatiza Albuquerque Jr. (1999, p.46) “os discursos fazem ver, embora possam fazer ver algo diferente do que dizem.”, o Sítio Salobra encontrava-se totalmente carente de ações ambientais, sociais e econômicas mesmo a comunidade demonstrando ter todo o conhecimento tradicional.

Ainda nesse contexto, pode-se pensar a regionalização do Sítio Salobra por meio da caracterização da zona rural do município de Missão Velha, ao se estudar esses conceitos percebe-se que as regiões não existem de fato no espaço, elas são invenções que organizam as características que marcam as comunidades e os lugares em que habitam. A partir dessa avaliação, foi implantado o projeto Viver da Terra objetivando o crescimento e empoderamento da comunidade mantendo as suas culturas e características.

O projeto apresentou técnicas agrícolas e de gestão para o fortalecimento da comunidade, observando os cuidados necessários para que não interferissem na caracterização rural das famílias da comunidade. Não afetando em sua regionalidade, pois como relata

Haesbaert (2010), a regionalidade se conecta a propriedade do “ser” regional, através da criação de sua realidade voltada para a sua representação regional. Da inventividade e construção simbólica desenhando o vivido regional e a concretude da região.

O projeto foi dividido em três etapas, na primeira etapa com a execução da ILPF onde ocorreu o reflorestamento de algumas áreas da comunidade (ver figuras 6,7 e 8), levando a campo os conhecimentos já transmitidos aos agricultores através de oficinas. A ILPF foi iniciada pela lavoura e floresta, logo depois foram inseridas as técnicas de piscicultura. Com a segunda etapa do projeto, realizou-se a construção da cozinha (ver figura 9) para a fabricação de bolos e doces reaproveitando os alimentos desperdiçados na produção agrícola e na venda direta. Na terceira etapa, ocorreu a implantação das hortas com garrafas pets e a construção de composteiras orgânicas na casa de cada família, produzindo dessa forma alimentos 100% orgânicos.

Figura 6 - Ação de reflorestamento na comunidade (1)



Fonte: Primária

Figura 7 - Ação de reflorestamento na comunidade (2)



Fonte: Primária

Figura 8 - Ação de reflorestamento na comunidade (3)



Figura 9 - Oficinas de bolo caseiro na cozinha comunitária.

F



Fonte: Primária

Dessa forma, o projeto Viver da Terra alcançou o conceito puramente de Desenvolvimento Regional Sustentável onde Sachs (1993) destaca que só é considerado desenvolvimento sustentável o atingimento das dimensões social, econômica, ambiental, cultural e espacial.

3.1 Aspectos socioeconômicos e situação fundiária dos agricultores da comunidade do Sítio Salobra

Esta seção irá apresentar as características socioeconômicas dos agricultores entrevistados que fizeram parte do projeto Viver da Terra. Essas informações tiveram como finalidade demonstrar a carência econômica e social onde está inserida a comunidade.

A comunidade do Sítio Salobra pertence ao município de Missão Velha no interior do Ceará. Segundo o IBGE (2016), com os dados atualizados, esse município possui uma população de 34.274 habitantes em sua extensão territorial de 645,704 km². Em levantamento feito nos dados do IBGE, verificou-se que dessa população, matriculados no Ensino Fundamental só tinham 5.573 matrículas e no Ensino Médio 1.293 matrículas. O que constata que somente 20% (vinte por cento) da população possui a preocupação de se alfabetizar.

Sendo o campo de estudo a zona rural do município de Missão Velha, ainda registrado em dados do IBGE, informa-se que a rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares na zona rural é de R\$ 817,26 (oitocentos e dezessete reais e vinte e seis centavos), esta média encontra-se abaixo do salário mínimo instituído pelo governo no ano de 2016 que é de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Foi entrevistado 12 agricultores que participaram do projeto Viver da Terra, as informações solicitadas no questionário nos apontaram as seguintes características da comunidade composta pelos agricultores no Sítio Salobra:

Gráfico 01 – Número de membros da família

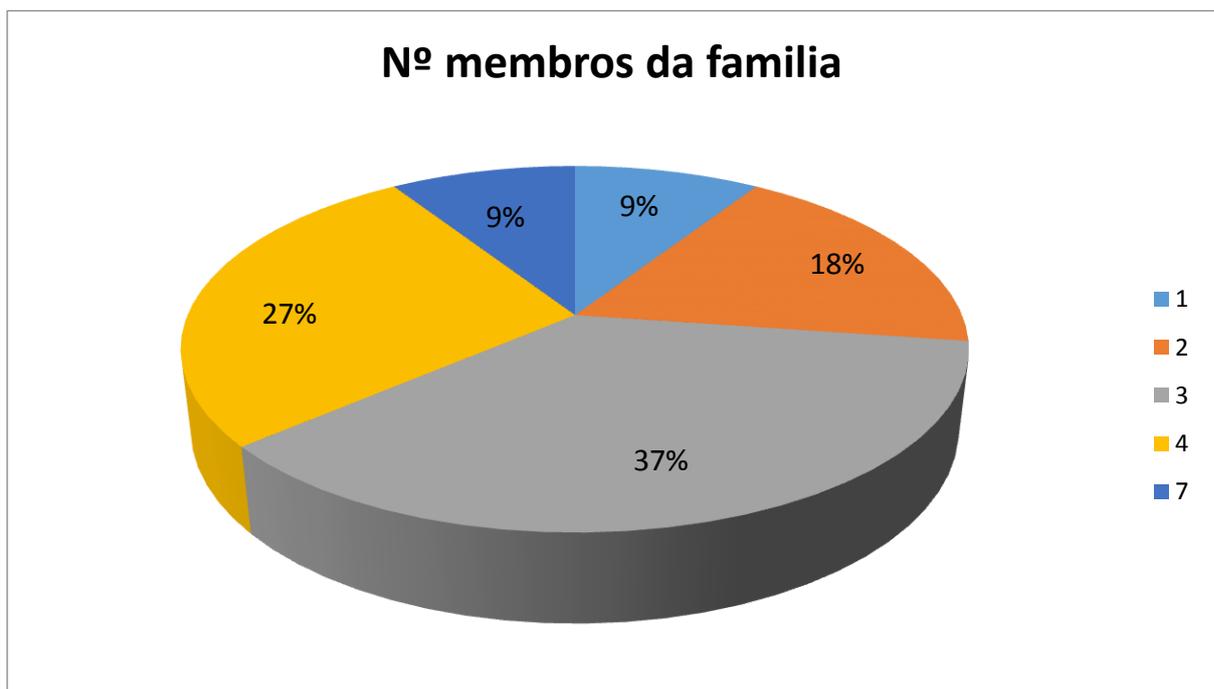


Gráfico 02 – Nível de escolaridade

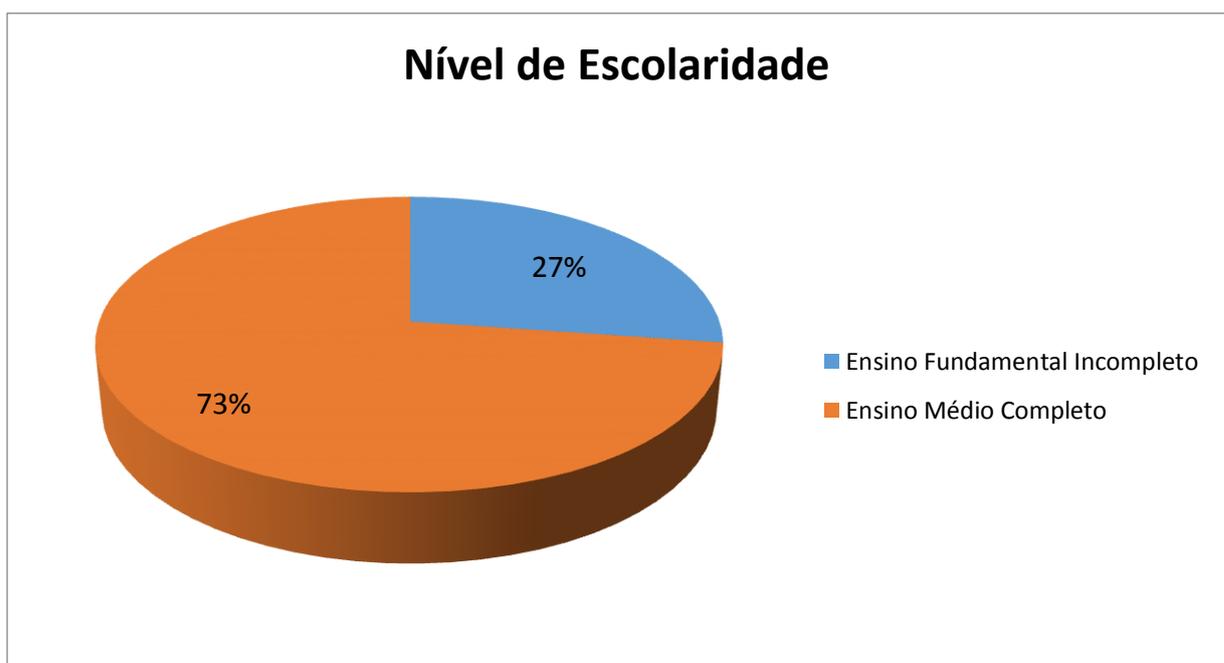


Gráfico 03 – Residência Urbana



Gráfico 04 – Aposentadoria e Benefícios Sociais

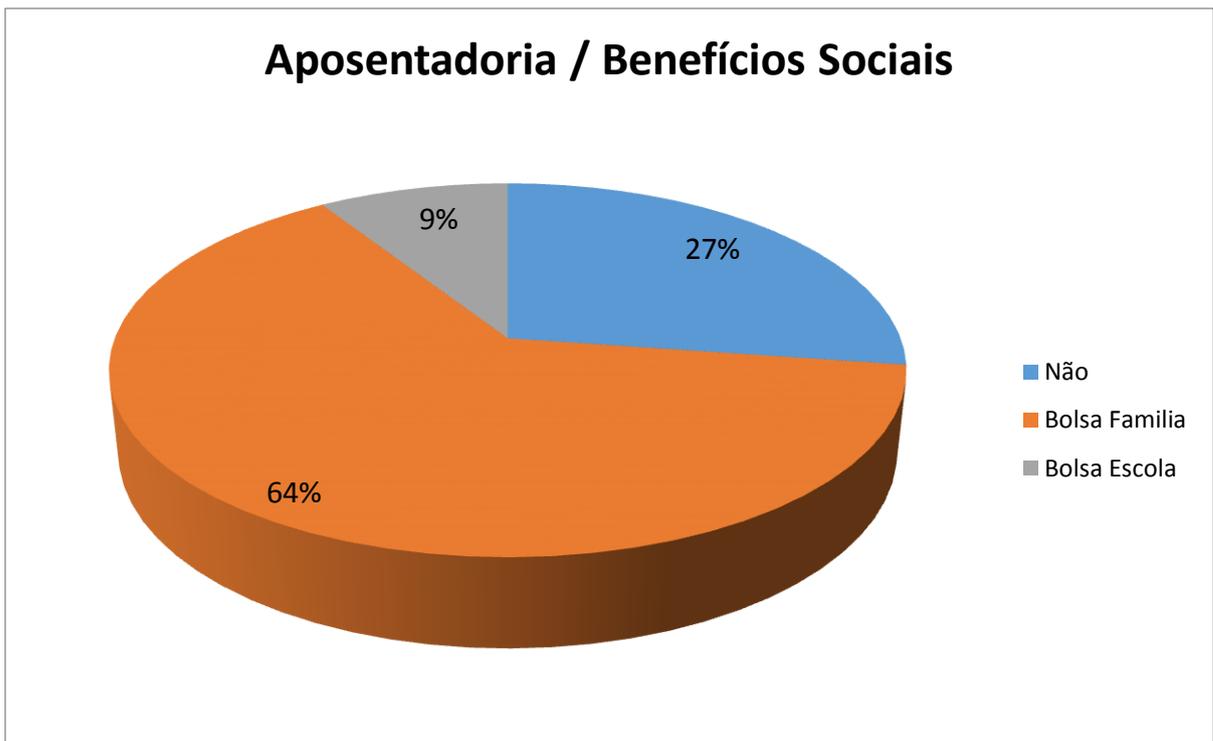


Gráfico 05 – Crédito Bancário

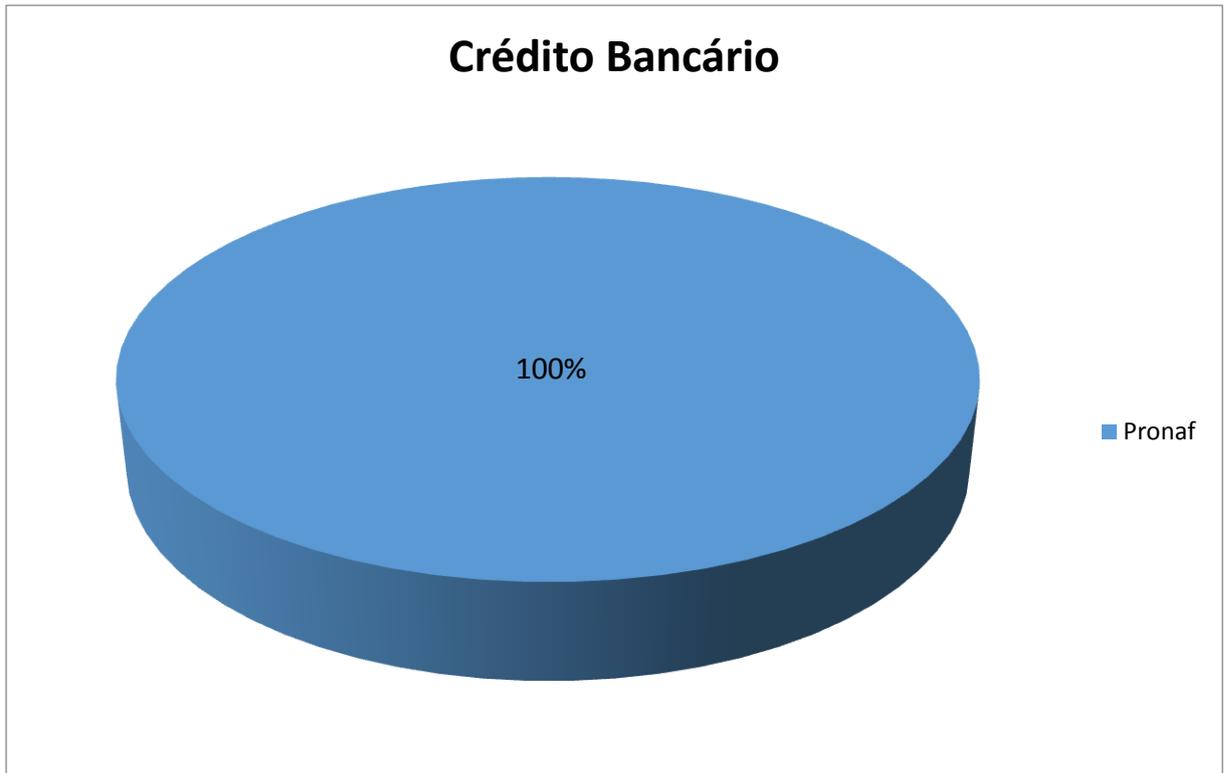
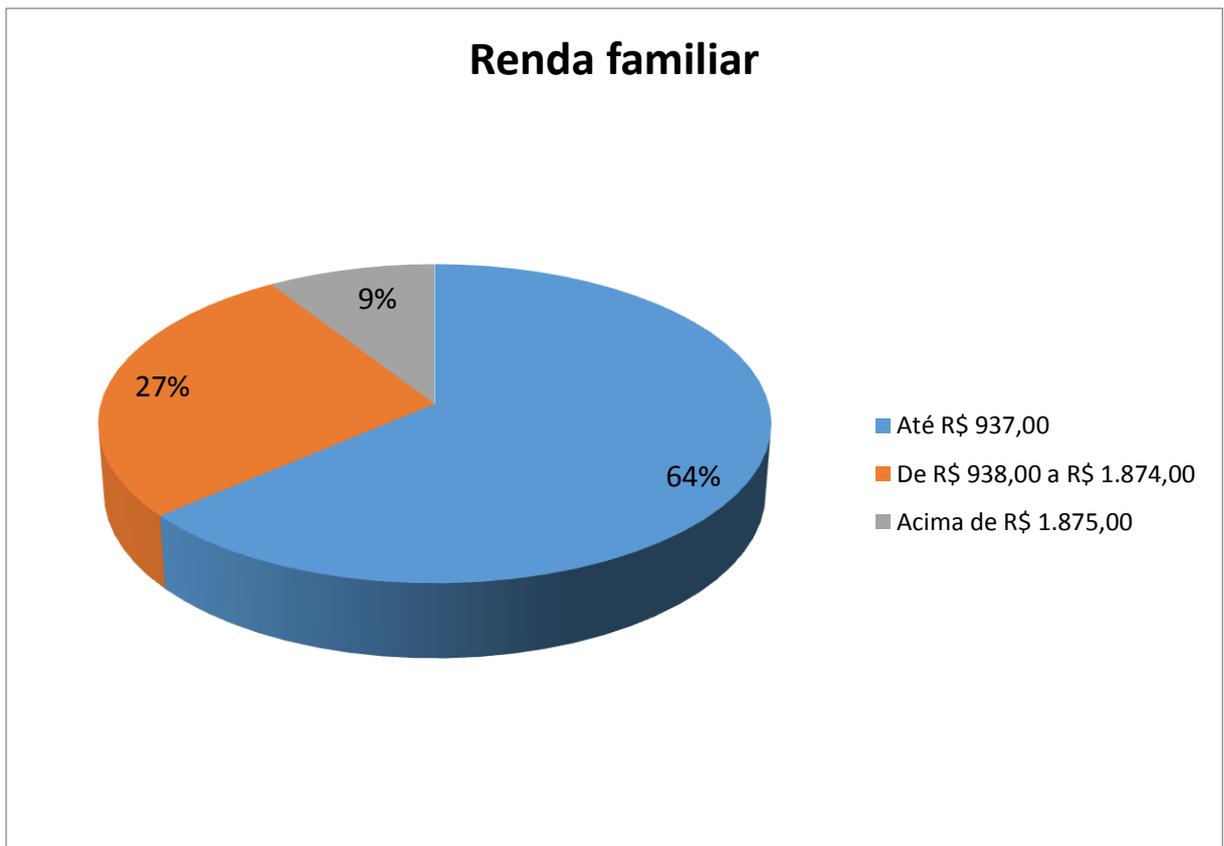


Gráfico 06 – Faixa renda familiar



Analisando os dados coletados, percebe-se que o perfil das famílias que compõem a comunidade do Sítio Salobra é de pessoas carentes economicamente, mas que mesmo assim tem um grau de instrução educacional mediano, se comparado com o nível do município onde a comunidade está inserida, e com núcleo familiar composto, em sua maioria, por 3 a 4 membros. E mesmo com toda carência financeira, constatou-se que nenhum dos grupos familiares possui interesse em residir na zona urbana.

Todos possuem o crédito bancário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), onde foi utilizado para investir nas plantações visando o aumento de produção e, conseqüentemente, da renda familiar. O início do Pronaf é uma referência na intervenção do Estado na agricultura brasileira, porque exprime a agregação efetiva dos agricultores familiares às políticas públicas para o meio rural. Em 2004, Schneider et al. afirmaram que "[...] o surgimento do Pronaf representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social - os agricultores familiares - que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultura de subsistência".

Os rendimentos também são compostos por algum benefício social, nesse caso sendo o bolsa família o de maior destaque na comunidade do Sítio Salobra. O Programa Bolsa Família é uma das principais ações do governo no combate a pobreza no Brasil, através do repasse da verba para várias famílias que estão em condições indigna.

Segundo Silva (2012, P.56):

Os beneficiários do bolsa-família não se acomodam como podem afirmar alguns críticos, buscam uma inserção no mercado, assim como os beneficiários, que não se realocam no mercado (idosos e pessoas com deficiência), mas contribuem na economia através de consumo. A renda de ambos os benefícios é um exercício econômico produtivo, pois permite para as pessoas, que antes eram excluídas, a se inserirem no mercado de trabalho. Os benefícios, em que pese terem algumas críticas, possuem em si o interesse público configurado na sua essência, em razão que são revestidos de um planejamento fundamentado por representação popular.

Reafirmando a citação, acredita-se como primordial finalidade do programa o alcance na diminuição da desigualdade social e miséria, tornando essa parcela da população com condições mínimas de sobrevivência.

E, por fim, percebe-se através do gráfico da renda familiar que majoritariamente a comunidade do sítio salobra é pobre, tendo como renda familiar um salário mínimo, o que justifica e estimula o desenvolvimento do Projeto Viver da Terra e a sua continuação visando à sustentabilidade financeira e melhoria de vida dos agricultores que se envolveram nas ações e se beneficiaram com os resultados que estão sendo alcançados.

3.2 Atividades Agrícolas e Noções de Desenvolvimento Rural Sustentável e Sustentabilidade

Através de uma observação não participante da comunidade e das ações realizadas nela, percebeu-se que os agricultores possuíam uma leve noção ao que se tratava de ações sustentáveis que visavam à manutenção do meio ambiente. Contudo, o conceito de sustentabilidade ainda encontrava-se muito restrito nas noções que possuíam os agricultores. Para os mesmos, sustentabilidade estava somente voltada ao pilar do meio ambiente.

Para que pudéssemos entender o funcionamento da atividade agrícola em cada seio familiar, foi aplicado um questionário que investigava informações a cerca de espaço produtivo, renda familiar, locais de venda, tipos de produção, etc. Dessa forma, era possível identificar as potencialidades do espaço rural do Sítio Salobra, sendo essa ação de fundamental importância para o planejamento de ações que visassem o desenvolvimento da região.

Nesse ínterim, é importante valorizar o que pensam os atores locais, pois constatamos as potencialidades e fragilidades destes como agentes ativos que atuam como uma força motora para o desenvolvimento. Planejar com essas ações é o que denominamos de “*bottom-up*”, ou seja, de baixo para cima, com a participação das bases. (TREVISAN; BELLEN, 2008).

O questionário aplicado estava composto por 15 perguntas voltadas para a análise das atividades agrícolas e sobre a percepção da comunidade acerca dos conhecimentos e hábitos voltados para o desenvolvimento rural sustentável ou sustentabilidade, abaixo segue o quadro formado pelas perguntas e respostas transcritas do questionário:

Quadro 02: Atividades agrícolas e noções de desenvolvimento rural sustentável e sustentabilidade

Perguntas	Agricultor 1	Agricultor 2	Agricultor 3	Agricultor 4	Agricultor 5	Agricultor 6	Agricultor 7	Agricultor 8	Agricultor 9	Agricultor 10	Agricultor 11
Tamanho da área produzida. Planta toda área? Por quê?	“Um Hectare. Sim.”	“Seis hectares. Não porque não tem água suficiente.”	“Não. Porque não tinha assistência.”	“1 hectare. Não porque não tem água suficiente.”	“Não porque é muito grande a área.”	Não, muita terra para se trabalhar.	“Seis hectares, não porque estamos implantando aos poucos.”	“Não é necessário toda área.”	“Dois hectares e planta para não faltar frutas e verduras.”	“Não.”	“Dois hectares e meio.”
Uso do solo.	“Mata natural. Lavoura temporária e permanente.”	“Mata natural. Lavoura temporária e permanente.”	“Mata natural, pastagens e temporária.”	“Mata natural e temporária.”	“Mata natural, lavoura permanente e temporária.”	“Mata natural e temporária.”	“Mata natural e permanente.”	“Mata natural e temporária.”		“Mata natural e temporária.”	“Mata natural, lavoura permanente e temporária.”
Período de plantio e colheita.	"Depende da cultura. Mais rápido são as hortaliças."	"Um ano. De seis em seis meses. Após a poda (goiabeiras)."	"O ano inteiro."	"Seis meses."	"Depende da cultura."		"Depende da cultura."	"Sempre pois utilizamos irrigação."	"Janeiro e março."	"De 3 em 3 meses."	"Depende da cultura."
Produtos que são destinados ao mercado.	“Hortaliças, macaxeira, banana, mamão e feijão.”	“Goiaba, banana, macaxeira, feijão e mamão.”	“Feijão, macaxeira, maxixe, goiaba, banana.”	“Macaxeira, mamão e feijão.”	“Banana, goiaba, mamão, coco, etc.”	“Mamão, caju, acerola, banana, macaxeira, maxixe.”	“Todos.”	“Frutas.”	“Todos.”	“Macaxeira, mamão, feijão, banana e maxixe.”	“Mamão, goiaba, banana e outros.”
Local de venda.	“Feira do shopping. Feira Zé Geraldo. PNAE.”	“Feira livre e mercado Pirajá.”	“PAA. PN.”	“Pirajá.”	“Pirajá e PAA.”	“PAA.”	“PAA e PN.”	“PNA e mercado Pirajá.”	“Feira da agricultura familiar PAA.”	“PAA, PNA, Mercado do Pirajá.”	“Agricultura familiar.”
Faz alguma	“Não.”	“Sim,	“Feijão.”	“Sim.”	“Banana e	“Sim,	“Todos.”	“Macaxeira,		“Macaxeira.”	“Banana.”

cultura exclusiva para venda? Qual?		goiaba.”			goiaba.”	banana.”		feijão e mamão.”			
O retorno financeiro é suficiente para seu sustento e investimento na agricultura?	“Sim.”	“Não.”	“Dá para sobreviver.”	“Sim.”	“Mais ou menos.”	“Sim.”	“Sim.”	“Sim.”	“Sim.”	“Sim.”	“Sim.”
Existe terra que não serve para agricultura?	"Não, basta fazer a correção do solo."	“Não.”	“Não.”	“Não.”	“Sim, porque a terra é fraca.”	“Não.”	“Não.”	“Não.”	“Existe.”	“Não.”	“Sim, reserva legal.”
Usa agrotóxico e/ou fertilizantes? Qual?	“Não. Produtos naturais.”	“Sim. Klopán, ureia, Cloreto de potássio, Cálcio.”	“Clorpan.”	“Sim.”	“Uso químico.”	“Sim, químico.”	“Sim, inseticida e fungicida.”	“Não.”	“Cálcio, Bório, Nitrato de Cálcio, Clorpan.”	“Fertilizantes e agrotóxicos.”	“Ureia e calcário.”
Faz queimadas?	“Não.”	“Já fiz, não faço mais.”	“Não.”	“Sim.”	“Sim.”	“Não.”	“Sim.”	“Não.”	“Broca.”	“Não.”	“Não.”
Usa mecanização no preparo e plantio do solo? Qual?	“Aradação mecânica.”	“Sim, trator.”	“Aradação.”	“Trator.”	“Aradação.”	“Aradação.”	“Trator.”	“Aradação.”	“Aradação.”	“Aradação.”	“Sim.”
Utiliza alguma prática para conservar o solo?	“Compostagem e esterco.”	“Sim.”	“Sim.”	“Sim.”	“Não uso.”	“Não.”	“Sim, cobertura morta.”	“Não.”	“Sim.”	“Sim.”	“Não.”
O que você entende por desenvolvimento sustentável?	"Preservar mais a natureza."	"Políticas públicas que nos fortaleça."	“Fazer coleta de lixo.”	“Não.”	“As ações que não desperdiça.”	“Cuidar do solo, reaproveitamento das frutas”.	“É um meio de a gente aproveitar melhor a terra e o meio.”	“Que é uma prática positiva.”		“Melhoria na agricultura e conhecimento.”	“Capaz de suprir as nossas necessidades sem comprometer a

							ambiente.				natureza futuramente das próximas gerações.”
Quais são as iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável aplicadas na comunidade?	"Aproveitamento dos alimentos, recuperação do solo, reflorestamento."	"Reunião e cursos sobre manejo adequado do solo."	"Colher o lixo e reaproveitamento dos alimentos."	"A criação de peixes."	"Reaproveitamento dos restos das plantações."	O recolhimento do lixo	Coleta das embalagens de agrotóxicos e recuperação do solo com cobertura morta.	"Coleta de lixo e horta orgânica."		"Cursos capacitando e plantando para reflorestar."	"Hortaliças orgânicas."
Quais melhorias sociais, econômicas e ambientais precisam acontecer na comunidade?	"Mais conhecimento, tecnologia, incentivo do governo, irrigação."	"Nós se conscientizar, pôr as ideias em práticas e empenho."	"Assistência do governo, dos governantes da nossa cidade."	"O governo melhorar mais a comunidade."	"Governo ter mais assistência para agricultura."	O governo ter mais assistência para a agricultura.	Todas já estão sendo desenvolvidas precisamos só melhorar.	"Que o governo tenha mais investimento na agricultura."		"O governo trazer mais melhoria para agricultura."	"Projeto de reciclagem."

Após a aplicação do questionário, alguns dados podem ser analisados e discutidos, começando pela área disponível para produção agrícola. Constata-se que os agricultores possuem muita terra disponível para desenvolverem suas ações rurais, porém o principal recurso natural ainda é escasso, a água. Infelizmente, somente através de sistema de irrigação torna-se caro o plantio em toda a área disponível e, geograficamente, o Sítio Salobra encontra-se numa área de seca e escassez de chuvas.

Outro ponto que ratificou o primeiro questionamento, é que quando foi perguntado de qual maneira era feito o uso do solo, a maioria respondeu que ainda possuía mata natural junto ao espaço de plantio. E, devido ao período de safra, o plantio era de acordo com cada produto cultivado. E entre os principais produtos destinados à venda encontram-se goiaba, banana, macaxeira, mamão, hortaliças e feijão.

Verificou-se também um padrão no local de venda dos produtos, e um ponto que merece destaque é que, exceto por 1 agricultor, os demais afirmaram que o retorno financeiro obtido nas atividades rurais é suficiente para o sustento da família. Porém, através de observação não participante, constata-se que a qualidade de vida dos agricultores ainda é muito precária. O acesso à saúde é exclusivamente feito pelo Sistema Único de Saúde – SUS, o ensino e educação também são através de iniciativas públicas e a estrutura habitacional é suficiente para sobrevivência.

Quanto às técnicas de plantio e os métodos utilizados na agricultura, percebeu-se um padrão quanto ao tipo de agrotóxico utilizado, os agricultores que fazem uso desse tipo de material, utilizam o mesmo produto, o Klorpan. Destaca-se também que uma minoria ainda se utiliza de queimadas para limpar o solo. O que se observa como um bom senso voltado para a sustentabilidade ambiental, pois durante a aplicação dos questionários alguns agricultores justificaram suas respostas detalhando o prejuízo que a utilização de queimadas traz para o solo a curto prazo e para o meio ambiente de forma geral. A principal mecanização utilizada para a preparação do solo para o plantio foi citada a *aradação*, onde é utilizado um instrumento denominado arado para arar a terra com a função de descompacta-la viabilizando uma melhor fixação e desenvolvimento das raízes das plantas.

Quando foi questionado sobre a compreensão que os agricultores da comunidade tinham sobre desenvolvimento sustentável, todos deram respostas somente voltadas a preservação da natureza, coleta de lixo seletiva e cuidado com manejo do solo. Percebeu-se novamente que a associação que eles fazem com a palavra sustentável é somente para o meio ambiente. O mesmo aconteceu na pergunta seguinte quando se interrogou sobre quais eram as

iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável aplicado na comunidade, as respostas dadas também abordavam somente cuidados com o meio ambiente.

Supondo que essa limitação nas respostas sobre o tema desenvolvimento sustentável pudesse vir a ocorrer, a última pergunta desse bloco de questionamentos direcionou aos 3 pilares: social, econômico e ambiental, investigando quais melhorias ainda precisavam acontecer na comunidade. A maioria das respostas foi voltada a ausência de ações do governo através de políticas públicas. E dois pontuaram a conscientização que a comunidade precisava ter para colocar em prática o conhecimento que já possuem.

3.3 Projeto Viver da Terra e seus resultados

Em meio à necessidade de instruir o homem do campo a gerir sua produção, o time Enactus Leão Sampaio formado por alunos e professores vinculados ao Centro Universitário Dr. Leão Sampaio viu a oportunidade de usar ferramentas administrativas a fim de capacitar os pequenos agricultores para produzirem de forma sustentável, tendo retornos economicamente viáveis e minimizando o impacto ambiental, contribuindo assim com o progresso da comunidade.

A comunidade supracitada foi contemplada pelo projeto após uma avaliação feita através da aplicação de um questionário individual, coletando informações de casa em casa conhecendo melhor a necessidade de cada família e fortalecendo o vínculo entre a comunidade e os membros do time. Foi levado em consideração a necessidade de trabalhar a gestão de produção de alimentos, assim como o uso consciente de agrotóxicos, ampliação de produção e vendas, implementação de um ciclo de produção sustentável e o reflorestamento de parte da área.

Neste questionário foi possível detectar o grau de instrução para a prática agrícola e como eles analisavam as suas principais necessidades. Além dos questionários foram realizadas rodas de conversas para compreendermos as histórias contidas na comunidade, analisando o que poderia ou não ser modificado para manter a identidade cultural da comunidade e melhorar os seus processos.

A partir dos depoimentos dos agricultores, as principais dificuldades observadas na comunidade foram o uso incorreto dos agrotóxicos, a baixa produtividade, solo com perdas de nutrientes, déficit de conhecimento em relação às novas oportunidades, descarte incorreto de resíduos sólidos e pouco cuidado com a saúde de seus moradores.

O Projeto Viver da Terra buscando trabalhar em cima dessas carências, a princípio, empoderou a comunidade através de palestras, rodas de conversa e dinâmica, buscando a

integração e interação da mesma, a fim de fortalecer os vínculos na comunidade. Em seguida, foi oferecido um curso técnico com profissionais da área através de parcerias onde as famílias aprenderam de maneira teórica e prática as normas de boa conduta no campo e produção sustentável, fortalecendo assim a manutenção da fertilidade do solo, assim como o uso de composteiras.

Posteriormente, os alunos do curso de gestão comercial e administração do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio desenvolveram ferramentas de gestão para potencializar o espírito empreendedor da comunidade através de oficinas e palestras educativas. Ainda foram realizadas campanhas de conscientização de doenças, reciclagem e reuso de resíduos sólidos evitando assim as queimadas e a ampliação da produção por meio de hortas, expansão da área cultivada e inserção de uma nova produção.

Porém, para o desenvolvimento de todas essas atividades, tornou-se necessário ter acesso a recursos para que fossem implantadas ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da comunidade. No aspecto financeiro, foi investigado que os agricultores possuíam uma renda abaixo do esperado por conta da pouca produção e da falta de controle no preço de venda, além do desperdício de produtos que era constante, assim o time Enactus Leão Sampaio viu que a comunidade tinha capacidade de aumentar a produção bem como reduzir o desperdício de alimentos no campo.

Na esfera ambiental, a comunidade é localizada na zona rural da cidade de Missão Velha no interior do Ceará, onde as famílias residentes nesta comunidade tem um espaço para trabalhar com a agricultura familiar, e através de palestras e treinamentos via-se a possibilidade de aumentar a produção e reduzir o impacto que a agricultura causa ao solo, utilizando o seu manejo adequado, por meio de adubos preferencialmente orgânicos, reduzindo o uso de agrotóxicos, destinado corretamente os resíduos sólidos produzidos na comunidade, evitando as queimadas que aconteciam no meio ambiente e realizando o reflorestamento de uma parcela da área da comunidade.

Em meio ao âmbito social, através das visitas a comunidade, percebeu-se que já existe um elo de trabalho entre moradores, uma vez que todos são agricultores e compartilham os conhecimentos do campo, logo a comunidade se organiza em formato de associação, assim o time enxergou a possibilidade de uni-los ainda mais através do projeto, promovendo também novos contatos com pessoas de comunidade e cidades vizinhas, bem como a interação entre alunos e comunidade.

Na perspectiva cultural das ações, a comunidade é um assentamento formado recentemente por famílias que moravam em um sítio vizinho (Sítio Pintado), vindos de

descendentes de agricultores, cresceram em meio ao campo e adquiriram os conhecimentos e todas as práticas de seus pais e avós, o time enxergou que trabalhado esses conhecimentos com as tecnologias de hoje a comunidade poderia obter resultados positivos, pois estaria levando para a comunidade as teorias e tecnologias aprendidos em salas de aula onde vinha a unir com a prática do campo.

E, finalizando a percepção, no âmbito geográfico, por ser tratar de um assentamento recém-formado a comunidade tem espaço para produzir diversos tipos de frutas, verduras e legumes, logo com essa visão o time propôs para o projeto aprimorar os conhecimentos dos agricultores para que eles venham a usar corretamente todo o espaço destinado para a produção.

As atividades desenvolvidas no Projeto Viver da Terra ao longo de todo seu ciclo, contaram com o apoio dos alunos de diversos cursos do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, iniciou-se em parceria com o curso de Administração, onde foi realizado um dia com palestras na comunidade, com o intuito de informar a comunidade sobre aposentadorias para agricultores, sobre formação de preço de vendas dos produtos e sobre a importância de desenvolverem uma marca que viesse a obter reconhecimento no mercado. E teve como aprimoramento estudos realizados através de pesquisa de mestrado desenvolvida dentro do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER da Universidade Federal do Cariri – UFCA.

Através da parceria do Time Enactus Leão Sampaio com o Curso de Gestão Comercial, a comunidade teve a oportunidade de adquirir mais conhecimento teórico sobre o manejo correto do solo e identificação dos tipos de solo, com uma palestra ministrada pelo técnico em Zootecnia, o Senhor Niraldo (ver figuras 10 e 11).

Figura 10 - Senhor Niraldo em palestra na comunidade



Fonte: Primária

Figura 11 – Comunidade participando de palestras



Fonte: Primária

A comunidade também participou de dinâmicas que abordavam a importância do trabalho em equipe e receberam dicas sobre alguns orgânicos que podem servir como adubo para a plantação. Na oportunidade também foi realizada uma capsula do tempo, onde a comunidade colocou seus sonhos e objetivos para serem alcançados nos próximos dois anos, período de duração do projeto em parceria com o time.

O time realizou também juntamente com a comunidade uma coleta de embalagens de agrotóxicos, que tinham sido utilizadas em épocas anteriores a implantação do projeto e que ainda não tinha sido feito o seu descarte e estavam em meio a plantação. O material coletado foi entregue a InpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias), na ação foram recolhidas e entregues 27 (vinte e sete) embalagens vazias. Além disso, o time e comunidade uniram-se para destinar corretamente garrafas pets, transformando-as em suporte e design para as hortas orgânicas na comunidade. Realizando assim a construção de 13 hortas, o que também elevou a produção dos agricultores, pois os novos modelos possibilitam a plantação em todos os locais da horta.

Figura 12 – Embalagens de agrotóxicos coletadas e entregues a INPEV



Fonte: Primária

Quando o time chegou à comunidade constatou que os agricultores realizavam queimadas antes de fazer a plantação, além de utilizar adubos e fertilizantes químicos que vinham a prejudicar a saúde deles e o meio ambiente, então o time viu a oportunidade de usar os restos de orgânicos deixados pela plantação para fazer adubo orgânico através das composteiras. Tornando os produtos mais saudáveis e garantido segurança na alimentação das pessoas que os consumissem, além de evitar as queimadas antes realizadas. Nesse mesmo período, verificou-se que a comunidade não dava uma destinação correta para o lixo produzido, pois não existia coleta, uma vez que a comunidade fica distante da zona urbana da cidade de Missão Velha, logo todo o lixo produzido era queimado ou jogado em meio às plantações, prejudicando a saúde dos moradores bem como as plantações. Então o time realizou um treinamento aos agricultores explicando dos benefícios da coleta seletiva para destinação do lixo produzido, e dando início a essa ação dentro comunidade.

Através dos questionários e entrevistas aplicados na comunidade para orientação das ações do projeto, pode-se verificar que 80% dos moradores têm problemas de coluna, devido ao trabalho no campo, assim mensalmente o time leva dicas e ginástica laboral na comunidade, com o intuito de auxiliá-los no tratamento da coluna melhorando assim a sua qualidade de vida.

Observou-se também que uma grande área da comunidade foi desmatada para plantio e que isso estava prejudicando a própria plantação, uma vez que os pássaros que antes ficavam na mata, estavam indo em busca de alimento na comunidade e causando prejuízo aos agricultores, então o time reflorestou uma parte da comunidade, onde foram plantadas 200 mudas de árvores.

E, finalizando a primeira etapa do projeto, algumas visitas do time com os agricultores foram feitas, onde se destaca: visita ao centro cultural do Banco do Nordeste para assistir ao filme “A lei da água e o novo código florestal” e participar do debate que foi levantado em seguida, conscientizando-os a cuidar da água e das florestas, uma vez que eles trabalham com eles diariamente e visita técnica da comunidade a um produtor de peixes, o time proporcionou que alguns representantes da comunidade, realizassem uma visita técnica a um produtor de peixes da cidade de Brejo Santo, a fim de demonstrar como será a prática na criação de peixes na comunidade.

Em sua segunda etapa, o Projeto Viver da Terra proporcionou o ensino/aprendizagem do manejo correto do solo a comunidade, a maneira de aplicação e o momento da aplicação do agro-defensivos, o ensino e a motivação de como e porque usar os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, cabendo ainda a esta etapa a mensuração dos questionários

realizados na 1º etapa e a formulação do plano de ação para sanar as dificuldades e erros encontrados na comunidade.

Foram apresentadas algumas dificuldades técnicas em trabalhar com o solo e com toda a parte agrícola uma vez que o time é formado por administradores, gestores de RH e comerciais, psicólogos e contadores, assim não contamos com nenhum profissional da área agrária. Porém, sempre tínhamos parcerias com alunos dos Institutos Federais que pudessem nos auxiliar através de consultoria técnica.

Durante essa etapa, realizou-se o Dia D na comunidade, sendo este um dia de consciência ambiental e social com dinâmicas e palestras em prol do melhor manejo e da conscientização do uso dos EPI's e dos agrotóxicos e coleta de embalagens de agrotóxicos para descarte correto. Foi executada também a semana da implantação do Projeto *Hydrovillage* na comunidade do Sítio Salobra.

A comunidade recebeu dois integrantes do time Enactus UK da Inglaterra, que vieram promover a implantação do projeto *Hydrovillage* na comunidade. Os estudantes Christina Katsouli e Ricardo Chadwick Ros, permaneceram no Cariri do dia 29 de agosto ao dia 06 de setembro.

O cronograma de atividades desenvolvidas durante toda essa semana com os dois times Enactus na comunidade contou com as ações abaixo:

Dia 29 de agosto: chegada dos alunos do time Enactus UK e apresentação desses a comunidade;

Dia 30 de agosto: Escavações para implantação da hidroponia;

Dia 31 de agosto: Compras de materiais para a hidroponia;

Dia 01 de setembro: apresentação do projeto *Hydrovillage*;

Dia 02 de setembro: Divulgação do evento “ I Workshop de Empreendedorismo Sustentável” e apresentação do projeto *Hydrovillage* no auditório do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio para toda comunidade acadêmica;

Dia 03 de setembro: Implantação do projeto e evento no Centro Universitário Dr. Leão Sampaio;

Dia 04 de setembro: Plantação de sementes no processo de hidroponia, conforme figura 5;

Dia 05 de setembro: Visita a comunidade, tour com os estudantes ingleses pelo Cariri, confraternização no projeto Viver da Terra;

Dia 06 de setembro: Última visita dos estudantes ingleses a comunidade.

Figura 13 - Plantação através do método de hidroponia.



Fonte: Primária

Ainda com as ações da segunda etapa, foi realizada a coleta das embalagens de agro-defensivos na comunidade. Todos os beneficiados reuniram suas embalagens e levaram a sede da associação, no Sítio Salobra. Essas embalagens foram levadas ao Sítio Paraíso Verde, povoado de Missão Velha – CE, onde estava sendo realizada a campanha de recolhimento itinerante de embalagens vazias de defensivos agrícolas, e foi coletado nos quintais das casas, em meio às plantações e na comunidade em geral o total de 1.356kg de resíduos, deixados no meio ambiente, onde constavam plásticos, papel, vidro e mais de 800 garrafas pets, que serão usadas para a construção das hortas orgânicas na comunidade, e os demais resíduos serão retirados do meio ambiente e destinados corretamente, resíduos esses que levariam centenas de anos para se decompor.

Figura 14 – I Workshop de Empreendedorismo Sustentável, alunos ingleses explicado o projeto Hydrovillage.



Fonte: Primária

Figura 15 – Coleta e descarte de embalagens de agrotóxicos. Ações Dia D.



Fonte: Primária

Uma visita efetuada na tarde do sábado dia 24 de outubro de 2015, objetivou a preparação das garrafas pet para uso na horta orgânica, o trabalho se deu em partes, os grupos se dividiram nas tarefas de retirada e separação de tampas e rótulos, corte, lavagem e estocagem. Ao todo 550 garrafas foram lavadas, para esse processo foram utilizados 30 litros de água. A ação se deu de forma tranquila, a comunidade participou de forma ativa e com uma aparente satisfação. O interesse dos membros da comunidade do sítio Salobra pelas ações realizadas pelo time junto a eles é muito gratificante.

Finalizando a segunda etapa, o time, a comunidade e um engenheiro professor do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio realizaram uma visita ao local onde será feito o açude comunitário, para que os moradores possam criar e comercializar peixes, nessa visita foi realizado a topografia do local, pela empresa Geoplan.

Ao final do ano de 2015, o projeto Viver da Terra participou do Prêmio Nufarm de Consciência e Ética no Agronegócio, onde foram expostas todas as ações realizadas pelo projeto durante o ano para investidores, agrônomos e empresários do ramo agrário. O time competia com os demais times Enactus do estado do Ceará. Nesse momento, o Projeto Viver da Terra destacou-se em 1º lugar na competição, angariando recursos financeiros para serem investidos na comunidade.

Figura 16 - Familiares residentes no Sítio Salobra com o troféu do prêmio Nufarm



Fonte: Primária

Em dezembro de 2015, foi realizada a confraternização na comunidade e a comemoração pelo recebimento do prêmio Consciência e Ética no Agronegócio pela Nufarm, a fim de proporcionar um momento de integração entre comunidade, alunos e professores.

Na terceira e última, etapa, coube o início da construção do açude para produção de peixes, a mensuração das planilhas de acompanhamento das vendas e produção na comunidade, a correção dos processos de cultivos e manejo adequado do solo e a criação de hortas orgânicas, bem como a realização e padronização das coletas seletivas na comunidade.

Para execução dessas atividades, a comunidade contou como parceiros a EMATERCE e a Secretária de Agricultura do Município de Missão Velha para a implantação de hortas orgânicas. Em parceria com a Secretaria de meio ambiente dar a destinação correta para os produtos recolhidos na Coleta Seletiva. Bem como, executar o ensino do reaproveitamento de alimentos desperdiçados na produção ou vendidos por preços abaixo do mercado, sendo usados para a fabricação de bolos, doces e tortas.

Após a execução de todas as etapas, foi aplicado um questionário com os agricultores da comunidade que participaram dele para mensurar a percepção que eles tiveram sobre as atividades do projeto. O questionário foi composto 5 perguntas, das quais abordavam uma avaliação do projeto, os benefícios trazidos por ele para a comunidade, os pontos negativos que podem ser destacados, preocupação sobre a continuidade das ações do mesmo e alguma informação que fosse considerada importante citar.

No quadro abaixo, poderá ser verificado as respostas na íntegra dadas pelos agricultores às perguntas feitas:

Quadro 03: Avaliação Projeto Viver da Terra

Perguntas	Agricultor 1	Agricultor 2	Agricultor 3	Agricultor 4	Agricultor 5	Agricultor 6	Agricultor 7	Agricultor 8	Agricultor 9	Agricultor 10	Agricultor 11
Como você avalia o Projeto Viver da Terra?	Muito bom. Nota 10. Fortalecimento grande.	Ótimo	Muito bom	Bom	Ótimo	Ótimo	Cem. Sucesso.	Que o projeto vale muito a pena	É bom	Bom	Trouxe bastante aprendizado para a comunidade
Quais benefícios sociais, econômicos e ambientais o projeto trouxe para a comunidade?	Conhecimento técnico, educação, qualidade de vida, cuidado no manejo, adubação.	Foram vários, reuniões, dinâmicas, coleta de lixo, aproveitamento melhor das frutas, uso correto dos agrotóxicos.	Plantio, cursos de capacitação, etc	Econômicos e ambientais	Cursos de capacitação, reflorestamento	Cursos de capacitação, reflorestamento, coleta de lixo	Conhecimento, consciência e planejamento	Cursos de capacitação, palestras, oficinas, melhoramento dos produtos	Florestamento	Colhimento do lixo e as hortas orgânicas	Hortas e sonhos de Maria que veio através do viver da terra
Quais pontos negativos podem ser melhorados no projeto?	Nenhum	Os sócios poderiam ser mais interessados e dá continuidade nas tantas coisas boas que o projeto trouxe.	Não tem	Muitas coisas	Não	Não	Nenhum.	Não houve	A prática	Não	Não vejo nenhum
Qual a sua principal preocupação com a	Falta de orientação técnica. Atualização	Os próprios sócios	Falta de assistência	De não vir mais melhoria para a	Não	Não	Trazer benefícios para a comunidade	Não	Interesse	Não	Porque é sempre bom buscar mais aprendizado

Analisando as respostas dadas a primeira pergunta onde foi interrogado sobre a avaliação que eles puderam fazer do projeto, em sua totalidade, a comunidade qualificou o Projeto Viver da Terra como sendo muito bom e viável. Durante a aplicação dos questionários, alguns comentários eram feitos sobre como o projeto modificou positivamente todas as posturas dos agricultores em relação ao manejo do solo, aos cuidados com o meio ambiente e a preocupação com as ações presentes no que podem acarretar no futuro.

Dentre os principais benefícios sociais, econômicos e ambientais que o projeto trouxe, a comunidade destacou o aperfeiçoamento do conhecimento técnico através de cursos e capacitações, qualidade de vida e educação. E o único ponto negativo citado do projeto, o qual não pode ser associado às ações do mesmo, é a falta de interesse dos agricultores na continuidade das ações. Percebeu-se uma possível fragilidade nesse quesito, a partir do momento que o time Enactus Leão Sampaio saísse de dentro da comunidade deixando-os agirem por si só.

E reafirmando essa fragilidade, a pergunta seguinte feita no questionário teve como principais respostas sobre qual a principal preocupação com a continuidade das ações o projeto, a falta de orientação, assistência e o interesse dos próprios agricultores em continuarem as atividades aprendidas.

De acordo com regulamento fornecido pela Enactus Brasil, os times podem desenvolver projetos em comunidade com duração máxima de 2 anos, após isso, entende-se que a comunidade terá sido empoderada e não mais precisará do auxílio do time. Foi constatado na comunidade do Sítio Salobra uma preocupação latente por parte dos agricultores com a continuidade das ações a partir do momento que o time Enactus Leão Sampaio encerrasse as atividades do projeto.

Figura 17 – Time Enactus Leão Sampaio em visita à comunidade



Fonte: Primária

Como forma de sanar qualquer preocupação ou inatividade das ações que pudessem vir a ocorrer, foi sugerida uma proposta de consultoria voluntária na qual o time continuaria visitando a comunidade passando instruções através de um cronograma de visitas previamente estabelecido.

CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Viver da Terra utilizou-se da gestão e educação como ações empreendedoras, observando que a comunidade era sedenta de conhecimento foram transmitidas informações suficientes para que esta possa se desenvolver, com mudanças em seus hábitos rotineiras, todavia levando em consideração os conhecimentos natos dos atores locais, pois o projeto visava uma gestão participativa dentro da comunidade.

Percebeu-se que o projeto trabalha a sustentabilidade no desenvolvimento das atividades empreendedoras por meio da metodologia da produção em cadeia com impacto minimizado, assim melhorando a qualidade dos produtos usando corretamente os agros defensivos e na quantidade mínima para manter as pragas longe da plantação, destinando

corretamente as embalagens, fazendo a separação de lixo e transformando-os em lucro para a associação, ampliando por meio de investimentos a área de produção, aumentando assim o catálogo de produtos.

Por todos esses aspectos, pode-se destacar os principais resultados observados no projeto, tais como: aumento da área de plantação de 12 para 30 hectares, um aumento de 150% de área produzida; com isso resultando em aumento significativo de sua produtividade; aumento da produção de hortaliças, com a construção de 10 hortas orgânicas; diminuição do impacto que a agricultura causa ao solo e ao meio ambiente com a plantação de 200 árvores para reflorestamento; redução do uso de agrotóxico, através da utilização de adubos orgânicos; coleta de 27 embalagens de agrotóxico entregues ao INPEV; através da coleta seletiva de lixo foram retirado do meio ambiente mais de 1 tonelada de resíduos sólidos; reutilização de mais de 4.000 garrafas pets; 12 famílias impactadas diretamente e com aumento da sua renda média mensal.

Os indicadores utilizados para mensuração desses resultados foram:

- Área de produção – fez-se uma medição da área utilizada na produção antes e depois da implantação do projeto.
- Aumento da produção – elaboração de planilhas para controle de registro de alimentos produzidos e rendimentos nas vendas.
- Coleta seletiva - Contagem e pesagem dos resíduos sólidos coletados e entregues.
- Aumento da renda familiar - coleta por meio de questionário a comunidade sobre a renda dos mesmos antes e após a execução do projeto.

Tendo em vista os aspectos observados, pode-se concluir que o Projeto Viver da terra empoderou a comunidade através da criação de um plano de ação, baseado no ensino da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, por meio de palestras e treinamentos sobre as boas práticas no campo, a prática do empreendedorismo social e a administração financeira de negócios. Dessa forma, o projeto alcançou o seu objetivo, pois a comunidade aplicou os conhecimentos adquiridos nas capacitações ao seu dia-a-dia de trabalho no campo.

Percebe-se que o projeto atendeu aos três pilares da sustentabilidade, onde no pilar econômico o projeto buscou incrementar a renda dos seus beneficiados através do aumento de produção sustentável e a promoção do empreendedorismo, através de um processo produtivo e vendas mais eficientes, gerando maior lucratividade as famílias; no pilar social

proporcionou momentos de interação entre a comunidade e os alunos, aumentando o nível de conhecimento de ambos, além de proporcionar a integração das famílias, melhorando as relações interpessoais, contribuindo de tal forma para qualidade de vida da comunidade; e no pilar ambiental buscou-se aumentar a produção de alimentos, reduzindo o impacto que a agricultura causa ao solo, utilizando o manejo adequado e a reparação do solo por meio de adubos preferencialmente orgânicos e implantação da coleta e descarte seletivo de lixo.

Portanto conclui-se que o projeto Viver da Terra atingiu o seu objetivo através da comunidade que adquiriu características sustentáveis, tendo as famílias alcançado o crescimento de sua renda através de atividades que estão impactando menos ao meio ambiente e ocorreu maior integração entre os agricultores como forma de um auxiliar ao outro na produção fazendo com que o projeto se estabelecesse e evoluísse.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 1. Ed. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 1999.

ALTAFIN, Iara Guimarães. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object_id=1635678> Acesso em: 11 de novembro de 2016.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <www.pronaf.gov.br>. Acesso em 08 Nov. 2016.

BRASIL, **Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

BRASIL, Presidência da República. **Portaria nº 33, de 15 de maio de 2014**. Estabelece as condições e procedimentos gerais para a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. Diário Oficial da União, dia 15/05/2014. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/PORTARIA_MDA_21_DAP_-_ALTERADA_33_-_22.05.2014.pdf> Acesso em: 25 de Julho de 2017.

BUARQUE, Sergio. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER-RS/ASCAR, 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica**. Ciência & Ambiente, 2003.

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

CONTERATO, Marcelo; FILLIPI, E. **Teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

ECHEVERRI, Rafael.; RIBEIRO, M. P. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: IICA, 2005.

ECHEVERRI, Rafael. **Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos território da cidadania**. In: FAVARETO, Arilson [et al]. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios/Série Desenvolvimento Sustentável. Brasília: IICA, 2010, p. 81-114.

ENACTUS, **Site Oficial**. Disponível em <http://www.enactus.org.br> Acesso em 12 ago. 2017.

FILETTO, F. **Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em unidades de conservação.** 2007. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/4162/1/TESE_Desenvolvimento%20de%20indicadores%20de%20sustentabilidade%20para%20o%20ecoturismo%20em%20unidades%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em 04 dez. 2016.

FRANCO, Augusto de. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável.** 2.ed. Brasília: Millennium, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Região, regionalização, regionalidades: questões contemporâneas.** 2010. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Gloria/2016/1s/HAESBAERT-Regiao_regionalizacao_e_regionalidade.pdf>

IPEA, **Site Oficial.** Disponível em <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_introducao>

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceitos e a aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KUMMER, L. Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar-conceitos, ferramentas, vivências. Salvador, 2007.

LAMARCHE, Hugues (Org.) **A agricultura familiar; comparação internacional.** Campinas : Ed. UNICAMP, 1993.

LEFÉVRE F; LEFÉVRE AMC. **O Discurso do Sujeito Coletivo.** Um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Desdobramentos. Caxias do Sul, Educs 2003

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MANZANAL, M.; SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural em Argentina y Brasil (análises comparativo, 1990-2010). **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrários**, Buenos Aires, n. 34, 1. sem. 2011.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/pndrss/>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

MORENO, Jacob Levy. **Principios filosóficos de la gestión ambiental.** In: Ballesteros, J.; Adán, J. P. (eds.), *Sociedad y medio ambiente.* Madrid: Editorial Trota, 1997

NAÇÕES UNIDAS. **Nosso Futuro Comum.** Nova Iorque, EUA, 1987.

RAO, N.H.; ROGERS, P.P. Assessment of agricultural sustainability. **Current Science**, v.91, n.4.

SACHS, Ignacy **Estratégias de transição para o Século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo. Nobel, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de L. T. Motta, revisão técnica de R.D. Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHNEIDER Sérgio., CAZELLA, A. A. e MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre - RS, Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, Gisele Cristine Brum Silva. **Benefício de Prestação Continuada (LOAS) e Bolsa Família como Forma de Concretização da Dignidade da Pessoa Humana**. Porto Alegre: PUCRS, 2012. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 2012. Disponível em: Acesso em: 12 de Out. de 2017.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

VASCONCELOS, Lia. **Sociedade – As dimensões da pobreza**. 30 Ed. Brasília: IPEA, 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39 Acesso em 12 ago. 2017.

VEIGA, José Eli; FAVARETO, Arilson da Silva.; AZEVEDO, C.M.A. BITTENCOURT, G. ; VECCHIATTI, K. ; MAGALHÃES, R.; JORGE, R. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**, Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.108p. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=bibliotecapublicacaoID=112>> Acesso em 22 de fevereiro de 2017.

VEIGA, José Eli. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: SENAC, 2010.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA; Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

VILELA, M. de F. **Reforma agrária e a agricultura familiar como estratégias de desenvolvimento**. Viçosa, 2002.

APÊNDICES**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS AGRICULTORES FAMILIARES**

Entrevistado: _____

Data: _____ Contato: _____

Aspectos Socioeconômicos e Situação Fundiária

1) Número de membros da família: _____

2) Nível de escolaridade:

 Ensino Fundamental Completo Ensino Fundamental Incompleto Ensino Médio Completo Ensino Médio Incompleto Ensino Superior3) Tem casa na cidade? Sim Não Se mudaria para a cidade? _____4) Recebe aposentadoria ou benefícios sociais, qual? (bolsa escola, bolsa família, outros):

5) Utiliza crédito do banco (Pronaf, outros): _____

6) Valor aproximado renda familiar: _____

7) O que acha da agricultura e do meio rural? _____

8) Gostaria que os filhos continuassem na agricultura? Por quê? _____

9) O que você considera fator importante para continuar vivendo no campo? _____

10) Há quantos anos a família reside e/ou trabalha nessa propriedade? _____

Atividades Agrícolas e Noções de Sustentabilidade (Antes da implementação do Projeto Viver da Terra)

11) Tamanho da área produzida. Planta toda a área? Por quê? _____

12) Uso do solo (lavoura permanente, temporária, pastagens, criação e mata natural)

13) Período de plantio e colheita: _____

14) Produtos que são destinados ao mercado: _____

15) Local de venda: _____

16) Faz alguma cultura exclusivamente para a venda? Qual? _____

17) O retorno financeiro é suficiente para o seu sustento e investimento na agricultura?

18) Existe terra que não serve para agricultura? _____

19) Usa agrotóxicos e/ou fertilizantes? Qual? _____

20) Faz queimadas (broca, coivaras): _____

21) Usa mecanização no preparo e plantio do solo? Qual? _____

22) Utiliza alguma prática para conservar o solo? _____

23) O que você entende por desenvolvimento sustentável? _____

24) Quais são as iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável aplicadas na comunidade? _____

25) Quais melhorias sociais, econômicas e ambientais precisam acontecer na comunidade?

Projeto Viver da Terra

- 26) Como você avalia o projeto Viver da Terra? _____
- 27) Quais benefícios sociais, econômicos e ambientais o projeto trouxe para a comunidade?

- 28) Quais pontos negativos podem ser melhorados no projeto? _____
- 29) Qual a sua principal preocupação para a continuidade do projeto? _____
- 30) Existe mais alguma informação que deseja incluir? _____

APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTOS E IMAGENS

Eu _____, CPF _____, RG _____, morador (a) à _____ (endereço), depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade de cessão do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, a Srta. _____ da pesquisa intitulada _____ a obter fotografias que se façam necessárias e/ou colher meu depoimento sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

Desta forma autorizo o uso desses depoimentos e/ou fotografias para fins científicos de estudos (dissertação, tese, livros, artigos, slides, banners), em favor da pesquisadora acima especificada.

Ao utilizar tais fotografias e/ou depoimentos, a referida pesquisadora deverá obedecer ao que está previsto nas leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes, dos idosos e das pessoas com deficiência (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Nº 8.069/1990; Estatuto do Idoso, Lei Nº 10.741/2003; Decreto 3.298/1999, alterada pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Local, data, ano.

Pesquisadora responsável pela pesquisa

Sujeito da pesquisa

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Sr.(a).

(NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL, CPF E INSTITUIÇÃO) está realizando a pesquisa intitulada (“TÍTULO DA PESQUISA”), que tem como objetivos (DESCREVER OS OBJETIVOS DA PESQUISA). Para isso, está desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: (DESCREVER AS ETAPAS DO ESTUDO).

Por essa razão, o (a) convidamos a participar da pesquisa. Sua participação consistirá em (DESCREVER DE FORMA DETALHADA OS PROCEDIMENTOS ROTINEIROS E/OU ESPECÍFICOS DO ESTUDO AOS QUAIS OS PARTICIPANTES SERÃO SUBMETIDOS, INCLUINDO A DESCRIÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MÉTODOS ALTERNATIVOS EXISTENTES, DOS QUAIS OS PARTICIPANTES PODERÃO OPTAR).

Os procedimentos utilizados (DESCREVER O TIPO ESPECÍFICO DE PROCEDIMENTO) poderão trazer algum desconforto, como por exemplo (DESCREVER O POSSÍVEL DESCONFORTO ADVINDO DO PROCEDIMENTO UTILIZADO NO ESTUDO). O tipo de procedimento apresenta um risco (MENSURAR O GRAU DE RISCO – MÍNIMO; MÉDIO OU ELEVADO) mas que será reduzido mediante (DESCREVER AS FORMAS DE MINIMIZAÇÃO DO RISCO). Nos casos em que os procedimentos utilizados no estudo tragam algum desconforto ou sejam detectadas alterações que necessitem de assistência imediata ou tardia, eu (NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL) ou (NOME DOS DEMAIS PESQUISADORES) serei o responsável pelo encaminhamento ao (ESPECIFICAR O LOCAL OU SERVIÇO ESPECIALIZADO QUE PRESTARÁ ASSISTÊNCIA ESPECÍFICA AOS PARTICIPANTES DO ESTUDO).

Os benefícios esperados com este estudo são no sentido de (DESCREVER OS BENEFÍCIOS IMEDIATOS OU TARDIOS ESPERADOS).

Toda informação que o(a) Sr.(a) nos fornecer será utilizada somente para esta pesquisa. As (RESPOSTAS, DADOS PESSOAIS, DADOS DE EXAMES LABORATORIAIS, AVALIAÇÕES FÍSICAS, AVALIAÇÕES MENTAIS ETC) serão confidenciais e seu nome não aparecerá em (QUESTIONÁRIOS, FITAS GRAVADAS, FICHAS DE AVALIAÇÃO, ETC.), inclusive quando os resultados forem apresentados.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado (ENTREVISTA, AVALIAÇÕES, EXAMES ETC.). Se

tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar (NOME COMPLETO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL E DEMAIS PESQUISADORES COM ENDEREÇO PARA CONTATO E TELEFONE), nos seguintes horários (DESCRIÇÃO DOS HORÁRIOS PARA CONTATO).

Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade localizado à Rua telefone () ramal, Cidade. Caso esteja de acordo em participar da pesquisa, deve preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido que se segue, recebendo uma cópia do mesmo.

Local e data

Assinatura do Pesquisador

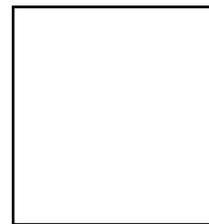
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, eu _____, portador (a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF) número _____, declaro que, após leitura minuciosa do TCLE, tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores.

Ciente dos serviços e procedimentos aos quais serei submetido e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente da pesquisa (“TÍTULO DA PESQUISA”), assinando o presente documento em duas vias de igual teor e valor.

_____, de _____ de _____.

Assinatura do participante ou Representante legal



Impressão dactiloscópica

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE E – CATÁLOGO PROJETO VIVER DA TERRA PAG.01



APÊNDICE F – CATÁLOGO PROJETO VIVER DA TERRA PAG.02

